



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RAUL DA FONSECA SILVA THÉ

**EVOCAÇÕES *BENEBIANAS*: HISTORICIDADE E PROPÓSITOS DAS
INSTITUCIONALIDADES *PARA* O NORDESTE**

FORTALEZA

2014

RAUL DA FONSECA SILVA THÉ

EVOCAÇÕES *BENEBIANAS*: HISTORICIDADE E PROPÓSITOS DAS
INSTITUCIONALIDADES *PARA O NORDESTE*

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

FORTALEZA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

T35e Thé, Raul da Fonseca Silva.
Evocações Benebianas: historicidade e propósitos das institucionalidades para o Nordeste. / Raul da Fonseca Silva Thé. – 2014.
100 f.: il. color., enc. ; 31 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2014.
Orientação: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

1. Banco do Nordeste. 2. Políticas públicas. 3. Nordeste – Desenvolvimento. I. Título.

CDD 300

RAUL DA FONSECA SILVA THÉ

EVOCAÇÕES *BENEBIANAS*: HISTORICIDADE E PROPÓSITOS DAS
INSTITUCIONALIDADES *PARA O NORDESTE*

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues – Universidade Federal do Ceará (UFC)
(Orientadora)

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi– Universidade Federal do Ceará (UFC)
(Coorientador)

Prof. Dr. César Barreira - Universidade Federal do Ceará (UFC)
(Membro)

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago – Universidade Federal do Ceará (UFC)
(Membro)

Para Alzimir Cruz da Fonseca, minha
avó.

Aos meus pais, Svia e Marcos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos contribuintes, por meus quatro anos de trabalho incentivados e financiados pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) em períodos vinculados financeiramente à Universidade Federal do Ceará (UFC), seis meses, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 42 meses. Agradeço lembrando das palavras de Daniel Defoe (Apud Thompson, 1998): “que Deus o ajude a terminar logo o seu trabalho. O velho levantou os olhos para ele [...] e, com uma grosseria divertida, respondeu: Pouco me importa se ele ajudar ou não, *trabalho por dia.*” (grifo meu).

À Universidade Federal do Ceará (UFC), ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e a todo o corpo docente a ele vinculado, pela formação humana, acadêmica e profissional recebida.

À Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues, primeiramente, agradeço por seu convite para participar de seu grupo de estudos e pesquisa, ato que me abriu portas intelectuais e acadêmicas e me fez trabalhar articulando meus aprendizados de sala de aula; em seguida, por sua orientação que me fez, a partir da autonomia acadêmica, construir e desvendar o que o campo empírico me apresentou. Orientação realizada sem esquecer-se da construção de um laço profissional de afetos.

Ao Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi, orientador da bolsa e coorientador, pelos quatro anos de trabalhos conjuntos e o permanente incentivo ao avanço no desenvolvimento de minha vida acadêmica, seja por meio da pesquisa, da produção ou na participação e diálogo em eventos. Além da constante parceria de elaboração intelectual e quando necessário ao cuidado dispensado a mim.

À Profa. Dra. Simone Simões Ferreira Soares, pelo incentivo antropológico de primeira hora, pelo apoio e atenção durante todo o curso e pelo encontro profissional cercado de afetos por todos os lados.

À Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho, pela reiterada formação crítica que se seguiu durante todo o curso e por me fazer compreender a necessidade latente de encontrar as fórmulas, desafios e *insights* de fundo da/na sociedade contemporânea.

À Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves, pelo incentivo crítico provindo de outras paragens, pela leitura e debate de trabalhos que se produziram no entorno desta atual pesquisa e à amizade construída.

À Ms. Gláucia Furtado Brasil de Almeida, acadêmica e funcionária do Banco do Nordeste, por nossa interlocução acadêmica durante a produção de sua dissertação concomitante a sua participação no Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP) e por seu incentivo, de forma quase maternal.

À Ms. Rita Josina Feitosa da Silva, por pavimentar e auxiliar nos primeiros tempos de minha pesquisa sobre o Programa Crediamigo.

À Jannaina Edwiges de Oliveira Pereira, colega de bolsa e parceira de pesquisa, pelos anos de pesquisas conjuntas, paciência e amizade dispensadas.

Às colegas Lorena Leite Aragão e Antônia Gabriela Pereira de Araújo, pela troca e partilha desde as primeiras horas no grupo de estudos e pesquisas.

Aos colegas do curso de Ciências Sociais e dos demais cursos desta universidade, com os quais tive contato direto – por meio de disciplinas – e indireto, a saber: Economia Doméstica, Comunicação Social, Letras e Filosofia. Por sua participação, por meio de debates e questões, em minha formação.

Aos meus familiares, sou grato pelos árduos esforços com minha formação. Em primeira instância, meus pais pela cobrança gentil e apoio preocupado; em seguida, à minha avó Alzimira, pelo incentivo e auxílio prestativo que o seu sonho de estudar me legou; e aos meus tios, Genira e Bruno, como forma de retribuição dadivosa ao investimento e incentivo primeiro.

À Monica, agradeço com amor o apoio dos últimos momentos de produção deste trabalho. Pelo incentivo pessoal nos meses finais e o carinho orgulhoso a mim dedicado nos momentos de finalização deste empreendimento.

“A Economia como uma investigação da riqueza e do bem-estar, como meio de troca e produção, pode achar útil no futuro não apreciar o homem econômico completamente isolado de outras empresas e considerações, mas basear seus princípios e argumentos no estudo do homem como ele realmente é, movendo-se no meio complexo e pluridimensional dos interesses culturais.” (Bronislaw Malinowski, em *Uma Teoria científica da Cultura*)

“A antropologia não importa. Não é sequer suficientemente interessante para ser lida. Neste debate, ela serve apenas como um pretexto para uma discussão mais séria, qualquer que seja ela.” (Mary Douglas, em *Como as instituições pensam*)

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo socioantropológico que busca denotar a historicidade concernente às práticas, intencionalidades e representações na formulação e promoção das políticas públicas institucionais para o Nordeste, a partir de evocações realizadas por uma dessas instituições, o Banco do Nordeste. Instituições elaboradas dentro de parâmetros legais que atuam no intuito da prática política voltada para a região Nordeste incorporando debates e soluções para as problemáticas desta região. Esta monografia tem o intuito de compreender os percursos históricos que conferiram legitimidade a estas instituições e que ideia de instituição sustenta e mantém as práticas dessas entidades. Com o objetivo de desvendar os processos socio-históricos que organizaram a formulação das institucionalidades para esta região, com base no exemplo Banco do Nordeste, fez-se o levantamento de dados a partir da leitura de documentos, pronunciamentos e publicações do Banco do Nordeste e na presença em campo por conversas informais, por entrevistas realizadas e pela leitura do discurso imagético, que denotaram as citadas evocações. Como metodologia focou-se em problematizar a historicidade com inspiração nos trabalhos de Max Gluckman e Otávio Guilherme Velho. Como observações sintéticas pontua-se que o Banco do Nordeste é antes uma política para e no Nordeste que uma instituição do Nordeste, sendo, portanto, possível a ampliação deste ponto de vista às demais políticas públicas institucionais para o Nordeste.

Palavras - chave: Desenvolvimento; Região Nordeste; Instituição; Banco do Nordeste; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research consists of a socio-anthropological study that seeks to denote the historicity concerning the practices, representations and intentionality in the formulation and promotion of institutional policies for the Northeast, from evocations performed by such institution, Banco do Nordeste. Institutions developed within legal parameters that act in order of political practice toward the Northeast region incorporating itself debates and solutions to the problems of this region. This monograph has intention to understand the historical pathways that confer legitimacy on these institutions and that idea institution sustains and maintains the practices of those entities. Aiming to unravel the socio-historical processes that organized the formulation of institutionalities for this region, based on the example Banco do Nordeste. To do so, it is survey data from the reading of documents, pronouncements and publications of the Banco do Nordeste, as well as the presence on the field for informal conversations, through interviews and reading the imagistic discourse, which denote the invocations cited. The methodology focused on questioning the historicity with inspiration in the work of Max Gluckman and Otavio Guilherme Velho. As synthetic observations that punctuates the Banco do Nordeste is rather a policy for and in the Northeast an institution in the Northeast, and is therefore a possible extension of this view to other institutional policies for the Northeast.

Keywords: Development; Northeast; Institution; Banco do Nordeste; Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Polígono das Secas e extensão do Semiárido	30
Figura 2– Apresentação imagética da importância do Nacional-Desenvolvimentismo para a fundação do Banco do Nordeste, na Exposição Banco do Nordeste 60 anos.	39
Figura 3– Apresentação imagética da associação do Banco do Nordeste ao plano federal durante o período democrático, na Exposição BNB 60 anos.....	56
Gráfico 1 – Esboço da Atual Pirâmide de Serviços do Banco do Nordeste.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE	Agência do Desenvolvimento do Nordeste
CAEN	Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Universidade Federal do Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CEPRON	Centro de Produtividade do Nordeste
CETREDE	Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional Centro de Treinamento e Desenvolvimento
Chesf	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVSF	Comissão Vale do São Francisco
Banespa	Banco do Estado de São Paulo
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central
BEC	Banco do Estado do Ceará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Finor	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
FUNDECI	Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FundUrbano	Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste

GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFOCS	Inspetoria Federal de obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras contra a Seca
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
MPE	Micro e Pequena Empresa
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPENO	Operação Nordeste
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAPPS	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PFL	Partido da Frente Liberal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
ProÁlcool	Programa Nacional do Álcool
SEEB/CE	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará ou Sindicato dos Bancários do Ceará
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SEST	Secretaria de Controle das Estatais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Suvale	Superintendência do Vale do São Francisco
UFAL	Universidade Federal do Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Apresentação.....	14
1.2 Delimitação do Tema de Estudo.....	17
1.3 Aspectos Teórico - metodológicos	19
2 PROCESSO INICIAL DE SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PARA O NORDESTE	25
2.1 Primeiras medidas	25
2.2 Década de 1930, Nordeste e os alicerces da construção discursiva do “desenvolvimento”	26
2.3 Década de 1940, ampliação das instituições e prolegômenos para a fundação do Banco do Nordeste.....	28
3 PROCESSO DE FUNDAÇÃO E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DO BANCO DO NORDESTE.....	33
3.1 Contextos institucionais anteriores à fundação do Banco do Nordeste	33
3.2 Segundo governo Vargas, limites da “solução hidráulica” e fundação do Banco do Nordeste.....	35
3.3 Incorporação e início da atuação do Banco do Nordeste.....	38
3.4 Raul Barbosa e efetivação da atuação do Banco do Nordeste, o Golpe e o Estado de Exceção.....	44
4 ESTADO DE EXCEÇÃO E O CONTEXTO PARA O “DESENVOLVIMENTO” DO NORDESTE.....	50
5. DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO PERÍODO ATUAL	56
5.1 O final da década de 1980 e a redemocratização	56
5.2 Fernando Henrique Cardoso e Byron Queiroz: o Banco do Nordeste na década de 1990	63
5.3 Lula e Roberto Smith: O Banco do Nordeste na década de 2000	75
5.4 Balanço de quatro mandatos presidenciais: FHC e Lula.....	77
5.5 Governo Dilma e o atual momento.....	80
6 À GUIA DE CONCLUSÃO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SINTETIZADORAS	82
REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Este é um ensaio monográfico que tem como foco refletir sobre os processos socio-históricos que se referem e auxiliam a construção das institucionalidades para o Nordeste. Resultado de quatro anos de pesquisa, em proximidade com uma destas instituições, hoje considerada a maior instituição voltada ao “desenvolvimento”¹ regional da América Latina e que opera na execução, gestão, gerência e operacionalização de políticas públicas, o Banco do Nordeste².

O objetivo deste estudo está para além da particularidade do campo empírico e busca compreender de que forma as políticas públicas institucionais são formuladas e como decorre sua construção cultural. Pontua, também, as características e intencionalidades na formulação destas e como se constroem os discursos e significados diante das pressões e disputas internas e externas à instituição.

Por tratar de uma empresa pública como o Banco do Nordeste e de sua formulação em meio a uma gama de outras instituições, a escolha foi ensejada pela proximidade do autor ao objeto durante sua iniciação científica, que será apresentada adiante. O campo empírico ressalta a importância das evocações históricas como forma de expandir a percepção sobre os contextos que envolvem e envolveram o Banco e o estende como elemento heurístico mais geral.

No bimestre de junho-julho de 2012, o Banco do Nordeste passou por dois marcos importantes e opostos, que o fizeram buscar na releitura da sua própria história uma forma de se relegitimar e se reafirmar como instituição. Estes marcos foram: 1) a instabilidade instalada com denúncias e investigação sobre improbidade na liberação de créditos somadas à saída do presidente Jurandir Santiago após este ter sido apontado como participante em um processo de corrupção anterior ao seu cargo; e, 2) a comemoração do aniversário de sessenta anos (1952-2012) da lei de

¹ O termo desenvolvimento foi colocado entre aspas para que saibam que o termo é impróprio e que nos é imposto pelo costume e pelo uso. O uso das aspas, neste sentido, segue um direcionamento crítico tal qual apresenta Rist (2002) em seu trabalho acerca do “desenvolvimento”. Outro sentido para colocação das aspas está em ser esta uma categoria êmica encontrada no campo empírico e dessa forma será objeto de reflexão do texto monográfico.

²Atualmente, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. identifica-se pelo nome completo, Banco do Nordeste do Brasil, ou pelo nome comercial, Banco do Nordeste. A sigla é usada, somente, para citações de publicações. Assim, optou-se por usar os termos “Banco” ou “Banco do Nordeste” para referir-me à citada entidade.

fundação do Banco. Por conta dessa reeleitura, o Banco do Nordeste passou a revolver suas particularidades históricas e atuais por meio de publicações e republicações impressas, publicidade, falas e entrevistas em jornais e em eventos, especiais na mídia voltados a esta comemoração e etc.

Havendo um processo de autoevocação ou de evocações *benévolas* – como os funcionários se referem ao que é próprio do Banco – em que os sujeitos encontraram na história do Banco base para justificar seus posicionamentos dentro das vicissitudes do campo empírico.

Se de um lado o discurso institucional procurou ressaltar os aspectos históricos, pontuados por traços mitológicos, diante da situação de crise administrativa, de outro, a entrada do pesquisador no campo se tornou mais difícil, já que a instituição, que já é particularmente fechada, diante da instabilidade administrativa ocorrida tornou-se hermética ao diálogo.

Diante desse impedimento de seguir na pesquisa por meio de entrevistas e do convívio regular e direto com os funcionários, buscando fazer de algum modo uma observação participante, a alternativa encontrada foi a exploração continuada da biblioteca do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). O que deu ao pesquisador primeiro a oportunidade da convivência com o discurso imagético da Sede da Administração Geral do Banco, no Bairro Passaré em Fortaleza, e suas evocações, como: 1) as placas exaltando e reafirmando todas as ações do Banco como “desenvolvimento”; 2) o monumento de uma moeda com rosto de Getúlio Vargas em homenagem a fundação do Banco; 3) o auditório que recebe o nome de Celso Furtado; e 4) as localizações das seções no prédio da Direção Geral. Sem falar que o entorno da sede do Banco revela a contrariedade fundamental do discurso do “desenvolvimento”, reiterado pela instituição, que é a desigualdade entre ideal proposto ao Nordeste e o próprio Nordeste, na figura do bairro Passaré. Todos estes construtos imagéticos foram fornecidos no trajeto entre o portão principal e a escada que leva ao subsolo da seção A ou à biblioteca do ETENE.

O segundo ponto de apreensão foi o próprio conteúdo da biblioteca, constituído de documentos e publicações sobre diversos momentos e várias interpretações do Banco distribuídas temporalmente. Esta coleção já é significativa, porque a biblioteca do ETENE é direcionada aos funcionários do escritório, ou seja,

funciona como mantenedora da base de dados dos técnicos que tanto constroem conhecimento sobre a região quanto desenvolvem, planejam e gestam os programas do Banco.

O terceiro lugar de expressão destas evocações está no contato direto, mesmo que rápido e momentâneo, com os funcionários durante as horas de almoço, quando foram levantados dados a partir de falas e comentários, nas filas do *self-service* do restaurante e ocasionalmente nas mesas, além da ocorrência de conversas informais próprias do contato e da recorrência em campo. Tais expressões passaram a auxiliar e estimular o pensar os encaixes e as vivências dos e nos momentos mais recentes, servindo para estender a interpretação pelos últimos vinte anos.

Os eventos abertos ao público foram outra possibilidade de pesquisa que se manteve aberta com o quadro apresentado. Destes foram examinados empiricamente dois: o primeiro, relativo ao aniversário do Banco e fortemente preenchido por citações, falas, vídeos, músicas, homenagens e a referência a como se deu a sua fundação; o segundo, o lançamento de um programa novo do Banco, o primeiro a ser lançado pelo então novo presidente, Ary Joel Lanzarin, e, da mesma forma, a escolha foi evocar a história para reafirmar a figura da instituição.

Nesta presença em campo ocorreu a oportunidade de realizar entrevistas com alguns funcionários, a partir dos contatos pessoais, o que forneceu o aporte subjetivo da expressão da historicidade e acerca da instituição a partir das vivências destes. Estas entrevistas não serão aqui exploradas profundamente, porque se apresentam neste trabalho como aporte etnográfico e fonte das evocações na dimensão individual e no contexto da referida instituição.

A investigação pauta-se por um foco nos processos sociopolíticos e culturais multidimensionais que se apresentam em uma longa duração temporal e, portanto, no espectro de uma historicidade, cujas experiências são tanto postas em paralelo quanto contrapostas umas às outras em uma abordagem comparativa e relativamente sintetizadora no que concerne às evocações pontuadas e partilhadas no campo empírico.

A preocupação não é propriamente estudar uma instituição específica, mas realizar um estudo da complexidade da formulação e das ressignificações que envolvem o perfil das políticas públicas institucionais *para* o Nordeste. Neste sentido,

procura-se construir uma explanação na direção de apresentar a historicidade dos processos referidos, como mostrado em seus múltiplos fluxos. Tal intenção realiza-se por meio da apresentação de períodos que representam marcos e processos na construção das políticas públicas institucionais para o Nordeste, a partir do exemplo e exame do Banco do Nordeste.

A instituição enquanto lugar de estudo servirá como correspondência e espaço de obtenção de dados e de evocações, sendo o Banco suplementar e orientador ao cuidado com o tema das políticas públicas institucionais. Nesta orientação, tal entidade serve ao estudo prioritariamente como menção mais restrita, mais acabada e permanente do horizonte abordado, qual seja, o Banco do Nordeste que atua em onze estados e tem mais de seis mil funcionários.

Nesta perspectiva a pesquisa foi elaborada no intuito de salientar, sobretudo, a importância da exploração do tema das políticas públicas institucionais para o Nordeste, encarado por uma abordagem histórica como denotação da construção cultural - a partir de conflitos e descontinuidades – em uma apreciação particular destas institucionalidades.

1.2 Delimitação do Tema de Estudo

O interesse do pesquisador e sua aproximação ao tema se deram a partir da sua inserção como bolsista de iniciação científica em um abrangente projeto de pesquisa³. Buscou acompanhar a trajetória de dois programas do Banco do Nordeste, diferentemente qualificados, no campo do microcrédito. A elaboração deste estudo implicou um recorte de interesse pessoal dentro e diante do campo de pesquisa do projeto. Este foi pensado a partir do questionar-se sobre os significados de “desenvolvimento” que envolviam os dois programas investigados, o que levou a pensar a própria instituição Banco do Nordeste, classificada e categorizada como um banco de “desenvolvimento”.

O objeto de pesquisa foi definido na perspectiva de abordar, a partir do Banco do Nordeste, como se deu a formulação das políticas públicas institucionais e como se processou, no interior dessa formulação, uma possível governamentalização da

³ No bojo deste projeto, idealizado pelo professor doutor Alcides Fernando Gussi, desenvolveram-se dois projetos complementares entre si, intitulados: “Cultura, Desenvolvimento Regional e Avaliação de Políticas Públicas: Trajetória Institucional do Programa de Crédito e Geração de Renda (CREDIAMIGO) do BNB - Banco do Nordeste”; e “Políticas Públicas de Geração de Renda e Desenvolvimento: avaliação dos impactos do microcrédito em Fortaleza”.

ideia de “desenvolvimento” como valor, como crença e como *idioma*⁴ de expressão e legitimação institucional.

Esta pesquisa não se apresenta somente como um recorte pontual dado, mas de fundamental importância para entender este processo como uma investigação que abrange toda uma experiência contemporânea. Tanto que, ao investigar o Banco, é dado compreender melhor uma série de engrenagens entre níveis de poder e de discurso, o que implicou uma costura dialógica compreensiva no intuito de entender quais processos levaram o Banco a ter hoje uma precedência de importância político-econômica diante das demais políticas públicas institucionais para o Nordeste⁵.

Por políticas públicas institucionais assinalam-se políticas formuladas por leis que se apresentam e se efetivam na forma de instituições, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ou do Banco do Nordeste, a última em questão neste trabalho. A delimitação destas como *para* o Nordeste se relaciona à sua atuação estar fundamentalmente vinculada a esta região brasileira.

Busca-se, dessa forma, entender como se deu a afirmação dessas políticas e em que pressupostos legitimadores elas foram se alicerçando durante os períodos desta afirmação. Ao tomar o Banco do Nordeste como exemplo paradigmático, a ideia e o discurso do “desenvolvimento” se apresentam como os pressupostos importantes para a compreensão desta formulação de políticas.

Nesta perspectiva o interesse está em saber como se projetaram as primeiras políticas públicas *para* o Nordeste. Em que bases teóricas essas primeiras ações públicas se constituíram? E em que sentido essas ações deixaram saldos organizativos apropriados por políticas públicas institucionais posteriormente gestadas? A partir disso, como as instituições se constituíram nesta região? E então, nesta afirmação institucional, como a ideia de “desenvolvimento” tornou-se explicação e ponto de legitimação de importância relevante às demais? De outro

⁴Tal qual entendem Ribeiro (2008) e Pantaleón (2002) quando observam os discursos de “desenvolvimento”, seguindo a formulação clássica de Evans-Pritchard (1978; 2005) em suas pesquisas entre os povos Zande, com o “idioma da bruxaria”, e Nuer, com o “idioma bovino”.

⁵A articulação do Banco do Nordeste a outras instituições com foco na Região Nordeste – a partir de editais e financiamentos pautados pela ideia de desenvolvimento para as mais diversas áreas – é trabalhada tanto por Santos e Góis (2012) quanto por Oliveira e Vianna (2010). Os dois últimos pontuam direta e parcialmente tais articulações nos capítulos 11 e 12 de sua publicação, intitulados *O BNB, a pesquisa científica e o intercâmbio com a universidade e institutos de pesquisa* (2010, p. 221 - 244) e *A ação econômica do BNB e os novos desafios do desenvolvimento* (2010, p. 245- 259).

lado, de que forma esse ensejo projetou a instituição Banco do Nordeste como prioritária, tanto do ponto de vista do governo federal quanto das instâncias regionais e locais?

Há outro aspecto importante a ser visto: sob que ideia e que construto de instituição se pautam estas políticas públicas institucionais citadas?

Para os propósitos postos o exame da história evocada em campo se faz fundamental para compreender a articulação entre as disposições legais, políticas e culturais e as categorias postas em discussão no momento em que se problematizam as políticas públicas institucionais para o Nordeste, como será visto no item a seguir.

1.3 Aspectos Teórico - metodológicos

Como referência substancial para uma observação que prime pela compreensão (WEBER, 2003) e por um aporte reflexivo (BOURDIEU, 1989) no sentido sociológico, é tomada como principal proposição metodológica para o presente estudo a abordagem interpretativa (GEERTZ, 1978), pautando por uma centralidade da dimensão simbólica. Deve-se observar, entretanto, que, diferentemente de Geertz, aqui se propõe um recorte empírico percebido como uma secção do sistema mundial. Como analisa Gluckman (1987), os processos relativos à instituição observada foram e são determinados pelas relações e articulações de todo o sistema, uma vez que se baseiam nos diversos níveis: local, estadual, regional, nacional (federal) e transnacional.

A pesquisa se pauta por uma investigação com procedimentos exclusivamente qualitativos de coleta de dados. Esta exclusividade abriu a possibilidade de pensar algumas estratégias metodológicas de reflexão e exposição. Tal possibilidade auxiliou na busca por realizar uma reconstrução dos processos sociais inerentes ao Banco, com vistas às várias localizações sociais e históricas dentro do percurso apresentado e que com ele interagem política, histórica e economicamente.

Para tanto, foi escolhido como método de exposição da pesquisa que prima por uma observação sobre a historicidade, apoiada pelo aporte empírico de onde emergiram as evocações a esta história.

Na perspectiva de Geertz (1978), a importância dada à historicidade como fonte de problematização apresenta-se como um recurso metodológico adequado a esta apresentação, entendida a partir do conceito antropológico de cultura de Geertz (1978), esta historicidade compreende a cultura de forma contextual e dá à descrição e à interpretação a possibilidade de entendimento sobre valores, significados, comportamentos e instituições⁶.

Este método de exposição está apoiado na leitura metodológica de Feldman-Bianco (1987), que reflete sobre o enfoque microsociológico da “teoria da ação” e a consideração que este conjunto teórico dá à história e aos dados documentais. Como apresenta Vincent (1987), propondo a compreensão da cultura como processo e realizando uma confluência da antropologia com a história, tal perspectiva funciona na síntese analítica entre ação e representação, quando se perfaz como um mecanismo de compilação e apresentação de dados em busca da compreensão dos processos sociais de forma contextualizada na dimensão do discurso e na dimensão da história e contemplando, em especial, os posicionamentos das ideias de gente, lugar e tempo em suas consonantes de ações, processos e sequências de desenvolvimento em contexto.

Tal historicidade se faz fundamental, para que, além do contexto atual, possamos descrever e visualizar o percurso histórico e social pelo qual passou a Região Nordeste, as instituições voltadas a esta região e, dentro deste contexto, o próprio Banco do Nordeste.

As inspirações para realizar esse tipo de exposição contemplam as ideias de contexto e processo por meio do exame da história pela antropologia provêm dos trabalhos de Max Gluckman (1987) e Otávio Guilherme Velho (1972). O primeiro por ter realizado em seu trabalho a busca por reconstruir a historicidade dos grupos sociais envolvidos nos processos de mudança na Zululândia⁷ e ao fazer isso conduziu, também, a reconstrução dos próprios processos de mudança social. E Velho (1972), por ter observado todas as frentes de expansão brasileiras durante a história, da fronteira agrícola até a construção da transamazônica, a partir de uma pesquisa empírica na cidade de Marabá.

A escolha do Banco do Nordeste como *locus* privilegiado de observação das políticas públicas institucionais se processou como uma estratégia que o entende

⁶ Ver também Rodrigues (2004, p. 89).

⁷Obra publicada originalmente em 1958.

como um exemplo paradigmático dentre as instituições de sua característica (para o Nordeste) e por seu exame dar a ver observações mais amplas sobre estas instituições.

Antes, porém, faz-se necessário refletir sobre as categorias discutidas ao se realizar uma pesquisa sobre o Banco do Nordeste, quais sejam: Região Nordeste, Instituição e Desenvolvimento.

O Nordeste é observado neste trabalho a partir da perspectiva de Albuquerque Júnior (2009), que o entende como uma construção discursivo-imagética. Esta construção se pronuncia por meio de uma invenção, ou seja, “pela repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo” (p. 35), que se internaliza nas subjetividades por meio do imaginário e do simbólico ao ponto de ocorrer uma aceitação de estereótipos e, nas palavras do autor, impõem certa política de saber e um recorte espacial das relações de poder inter-regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.36). Neste viés, passa a ser interessante observar como o Banco do Nordeste internaliza estes enunciados ao tempo que toma a noção de região como certa identidade.

A discussão sobre instituição é pautado por dois pressupostos. O primeiro pela formulação funcionalista de Mary Douglas (2007) sobre as instituições. A autora entende que é pelo consenso, pela educação, pela negociação interna à instituição e pela formulação de uma matriz legitimadora que as instituições “pensam”, abrigam expectativas e ensejam comportamentos. De outro lado, tomo a formulação de Foucault (1979) que entende, pelo conceito de governamentalização, a afixação de ideias-práticas perpetuadas no foco institucional e mental a partir de aportes contextuais, ideológicos, práticos e, também, institucionais.

A partir destes pressupostos observar-se-á de que forma o discurso do “desenvolvimento” tornou-se hegemônico nas práticas e formulações relativas às instituições aqui exploradas – de forma particular no Banco do Nordeste. Busca-se, então, entender se foram dadas e mantidas por proposições e posições internas ou se realizadas dentro de um fluxo de asserções e pressões, vistas tanto interna quanto externamente, que pautam os comportamentos, as práticas e os conflitos nos contornos da instituição, bem como entre os sujeitos que a compõem.

Como pontua Feldman-Bianco (2011), para a realização desse debate sobre o “desenvolvimento” prioritariamente se deve refletir crítica e propositivamente sobre a mega noção de “desenvolvimento”. A esta reflexão alguns autores já se dedicaram e propõem entendimentos sobre o discurso, o idioma e a cosmologia do desenvolvimento.

Em síntese, estes autores⁸ entendem que o “desenvolvimento” se representa e se apresenta como formador de mundos imaginários a partir de um discurso de sedução baseado em valores indiscutíveis. Também entendem que esse discurso de “desenvolvimento” tem uma natureza plástica e se caracteriza como um logaritmo e como “un signo arbitrario cuya definición depende del contexto teórico en que se usa” (ESTEVA, 2009, p. 2), ou seja, é uma narrativa que se exerce como prática de poder e está baseada em uma geopolítica epistêmica. Este poder está inserido em um campo multidimensional formado por muitas redes e instituições que encerram a existência do “desenvolvimento” na figura de seus signos de presença legitimada, ou seja, de ações e instituições. A noção de “desenvolvimento” é pontuada como obscura, incerta, mitológica e pobre (em sentido), que é o “metarrelato hegemônico da contemporaneidade” (BARRETTO FILHO, 2006, p. 12) e por isso assegura a si a sua continuidade como discurso e critério de legitimidade para políticas, programas e projetos político-sociais. Por último se observa que a *episteme* do desenvolvimento se conduz de modo que formas

“de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza são sacrificados em favor de um modo racional de governo com a constituição de programas de alavancagem econômica, supostamente geradores de bem-estar a populações entendidas como pobres” (RADOWSKY, 2011, p. 153).

Para estes mesmos autores, o “desenvolvimento” é a categoria fundamental e visão dominante da modernidade e, portanto, examinar e criticar o “desenvolvimento” é construir uma crítica à própria modernidade, em especial de seus mecanismos de produção cultural, social e econômica e de seus regimes de enunciação de verdade. Esta construção crítica é entendida como pós-desenvolvimento, baseada em uma atitude hospitaleira diante da pluralidade do

⁸ Rist (2002), Escobar (2005; 2009; 2011), Barreto Filho (2006), Ribeiro (2008), Esteva (2009) e Radomsky (2011).

mundo e sob a pretensão de avançar como uma mudança de época e não só como uma época de mudanças.

Os componentes para a realização dessa exposição estão relacionados à observação de dimensões plurais e multidimensionais no que tange ao espaço socio-histórico atribuído ao Banco do Nordeste e ao “desenvolvimento” por publicações e discursos.

Estas dimensões se pautam por: 1) dimensão discursiva, em que pese, por um lado, o choque não só da multiplicidade dos discursos nas evocações, mas sua relação com o discurso oficial (este essencialmente expresso por documentos); e, por outro lado se dedica aqui a analisar, como propõe Escobar (2005), os feitos discursivos do “desenvolvimento” em sua totalidade. Tomam-se, assim, os discursos, primeiramente, como documentos do campo empírico, seja como documentos e discursos públicos seja como produtos da pesquisa, por outro lado, apreendem-se os discursos não só como documentos, mas, como entende Albuquerque Júnior (2009, p. 35), como monumentos da construção das políticas públicas institucionais, no exemplo citado, o Banco do Nordeste; 2) dimensão do contexto socio-histórico, prioritário para observar a mudança interpretativa no aspecto temporal, levando-se em consideração uma perspectiva extensa de fatores regionais, nacionais, transnacionais e internacionais como forma de desenredar os percursos históricos através do passado, como aponta Vincent (1987), e no contexto atual ampliando os limites da análise por uma pesquisa histórica de natureza diminuta e minúscula (VINCENT, 1987); e, 3) dimensão espacial e imagética, pensando as evocações que a espacialidade do campo apontam, em especial o lugar da sede do Banco no Bairro Passaré (centro administrativo Getúlio Vargas), mas sem esquecer de pautar a própria região que lhe dá nome, que fazem visíveis a matriz cultural de onde provêm os discursos e as historicidades.

O interesse primordial deste empreendimento é, portanto, descrever e examinar o campo institucional em que está inserido o Banco do Nordeste e a historicidade da atuação do Estado por meio de suas políticas e interpretações sobre a região Nordeste, em especial no que tange ao social. Nesta intenção, busca-se esmiuçar os períodos históricos a partir de um ponto de vista crítico e analítico.

O trabalho está dividido em quatro períodos de afirmação das políticas públicas institucionais para o Nordeste, em especial foco no Banco do Nordeste.

Levo, assim, em consideração os diversos níveis do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1995), em seus dispositivos sociais, políticos, econômicos e históricos, a partir do entendimento, apontado por Wright Mills (1982) de que a “história que atinge todo homem, hoje, é a história mundial.” (p. 10). Portanto, pontua-se a importância de acontecimentos nestes diversos níveis para o desdobrar da constituição institucional das políticas para o Nordeste, do qual o Banco do Nordeste é símbolo e fruto.

Sobre a periodização que se realiza nesse exercício, ela está baseada na compreensão proposta por Wallerstein (1995) sobre como a periodização pode auxiliar a reflexão possível das práticas e dos processos sociais e institucionais. Isso porque este ensaio se caracteriza por uma discussão sobre a história e as historicidades evocadas no contexto da pesquisa.

A periodização e a divisão deste trabalho se fazem da maneira a seguir: o primeiro capítulo busca observar o *Processo inicial de surgimento das instituições para o Nordeste*, entendendo, pelos fins da pesquisa, o período de consolidação da região Nordeste anterior à fundação do Banco, compreendendo como se deu o contexto de formulação e que intenções e interpretações ensejaram o desenrolar desse processo.

O segundo pontua o *Processo de fundação e afirmação institucional do Banco do Nordeste*, compreendido entre o percurso da fundação (1952) ao ano de 1968 com o recrudescimento do regime militar implantado. Busca apresentar como neste momento se processou mudança de perspectiva de intervenção do Estado para o Nordeste.

Em seguida, são observados mais minoradamente os processos que se pontuam entre o *Estado de exceção e o contexto para o desenvolvimento do Nordeste*, período que toma o espaço dos dezessete anos seguintes de regime militar (1968 - 1985) e o processo de redemocratização.

E, por fim, o capítulo *Da redemocratização ao atual período* observa as estabilizações políticas, econômicas, administrativas e de fundos ao Banco, neste quartel, e os conflitos, as reformas e os redimensionamentos de políticas, além de pontuar o atual quadro de instabilidade recorrente apresentado pelo governo Dilma.

2 PROCESSO INICIAL DE SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PARA O NORDESTE

2.1 Primeiras medidas

Diante de uma região que sofre constantemente de crises climáticas, as primeiras experiências de políticas voltadas à região foram de cunho assistencial e vinculadas a questões de engenharia hidráulica. Como apresentam Furtado (1997) e Palmeira (2006, p.54), o marco inicial das ações para o Nordeste se deu com as grandes secas nos idos da década de 1870, que modificaram o aspecto urbano das capitais das provinciais (e dos atuais estados), e a partir da preocupação do então imperador Dom Pedro II. A partir desta, algumas ações são feitas⁹, mas de modo nenhum se convertem ou se conservam em ações institucionalizadas para a região Nordeste.

Apesar do exposto, Hilberto Silva¹⁰ (1973, p. 26) observa que a seca de 1877¹¹ é a pedra de toque para o advento de uma visão e de políticas de cunho hidráulico na região Nordeste. Essas políticas foram os primeiros passos da afirmação da Região por meio de instituições, como será possível observar a seguir.

Antero (2012, p. 14) ratifica esse ponto de vista quando apresenta que as ações do poder federal permaneceram sob a ótica do assistencialismo e da dádiva até a data da fundação do IOCS (Inspetoria de Obras contra a Seca), em 1909. Segundo o autor, esta inspetoria da então recente república inaugurou a solução hidráulica, sobre os problemas da região Nordeste, em forma de instituição. Esta constituição institucional tornou permanente e deu feições preventivas ao esforço para os controles sobre as crises de seca. Antero ainda afirma que, uma década depois (1919), esta inspetoria se reforçou e se transformou no IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), com os mesmos dispositivos e com o mesmo sonho anteriores: de formar no interior nordestino uma espécie de “Crescente Fértil” a partir da disponibilização de recursos hídricos em reservatórios.

⁹ Tais como a formação da Comissão Seca (posteriormente Comissão de Açudes e Irrigação) que projetou o Açude do Cedro no estado do Ceará, legando posteriormente aos governos republicanos entre 1890 e 1906 (LEITE, 2012, p. 147).

¹⁰ Ex-presidente do Banco do Nordeste.

¹¹ O que é observado por Rafael Winter Ribeiro (2002), que busca entender como as representações sobre a natureza neste período, especificamente entre 1877 e 1879, construíram a seca como problema e como esta passou a ensejar a formulação de políticas públicas e a organização da administração pública para tratar da seca.

Relatada classicamente por Raquel de Queiroz (2002), a seca de 1915 fez o governo federal aumentar os investimentos e reestruturar o então IOCS, para que passassem a construir açudes de grande porte.

2.2 Década de 1930, Nordeste e os alicerces da construção discursiva do “desenvolvimento”

Se tais empreendimentos surtiram pouco ou nenhum efeito sobre as populações do Nordeste, a década de 1930 trouxe com ela um agravamento da situação regional. Isso porque, primeiro, em 1932 ocorreu mais uma grande seca, enquanto se desenrolava a Revolução de 1932 em São Paulo. Neste cenário, imigrantes foram enviados para o combate como meio de saírem dos efeitos da seca.

Em seguida, em 1937, após a decretação e a implantação do Estado Novo, a Constituição de 1937 (BRASIL, 1937) foi lançada nos marcos do novo regime. Este momento se apresentou como a vitória de um projeto de governo modernizador e autoritário, além de reificar a busca de redenção das questões sociais às mãos do Estado. Na Carta Magna se constituíram dispositivos que, entre outras coisas, como observa Antero (2012), “suspendera a concessão de recursos especiais voltados para o progresso e combate à seca e às mazelas sociais no Nordeste.” (p. 16).

Segundo Albuquerque Júnior (2009, p. 88), este projeto estadonovista, aprofundou “as distâncias entre essa área [o Nordeste] e o Sul do país”, ao passo que auxiliou a “subordiná-la cada vez mais, obrigando-a a aceitar uma posição subalterna na estrutura de poder.” Esta aceitação será observada na instituição do Banco do Nordeste no capítulo seguinte.

Até os finais da década de 1930, as políticas institucionais para o Nordeste estão relacionadas ao que Bresser Pereira (1997) chama de “interpretação da vocação agrária” em âmbito nacional. O autor entende essa visão como a perspectiva intelectual sobre o Brasil e suas políticas, que permaneceu hegemônica até os anos de 1930 e que nas duas décadas seguintes passou a ser, progressivamente, criticada por outra leitura - a “interpretação nacional-desenvolvimentista” -, que se tornaria predominante a partir de 1950. O autor advoga que a “interpretação da vocação agrária” estava baseada na ideia de que o Brasil, cheio de riquezas naturais, seria um país essencialmente agrícola. Ele lembra

que a preeminência intelectual dessa apreciação está ligada à primazia econômica da burguesia agrário-mercantil. Preponderância econômica que, como recorda Bresser Pereira, foi fortemente contestada a partir da Revolução de 1930.

Tal interpretação da vocação agrária seria a base ideológica de manutenção das ações institucionais relacionadas à manutenção da perspectiva e da engenharia hidráulica como políticas fundamentais para o Nordeste. E a crítica a ela se faz, também, a partir do plano internacional quando, como mostra Rist (2002), os setenta anos entre 1870 e 1940 representaram para as grandes potências e também para países menos centrais como o Brasil a condução prática de “ideas dominantes de la época y, em cierta forma, abrieron el camino al ‘desarrollo’” (p. 59).

Outra perspectiva importante a se notar é a divisão de poder intrarregional, predominante até 1940, de que fala Moacir Palmeira (2006) em seu estudo sobre o Nordeste. Para ele há “quase que uma divisão geográfica do poder, com a primeira configuração permanecendo no Agreste e Sertão e a segunda na Mata e Litoral” (PALMEIRA, 2006, p. 59). Tal divisão se apresentou, também, no âmbito da intelectualidade nordestina de então, principalmente no exemplo das obras de Gilberto Freyre e Djalma Menezes de 1937¹² e as percepções de ambos sobre os seus estados – Pernambuco e Ceará, respectivamente –, como mostra a leitura comparativa de Arcanjo (1996), a saber: o primeiro trata em sua obra apenas do modelo civilizatório fundado na monocultura latifundiária e escravocrata corporificado pela cana-de-açúcar; e o segundo da civilização que se apresenta no sertão nordestino com aspectos pastoris e que convive com a miséria e com a fome.

Segundo Albuquerque Júnior (2009), tais codificações tiveram ancoragem discursiva euclidiana em que a “relação entre sertão e a civilização é sempre encarada como excludente.” (p. 67). A oposição litoral - sertão, na formação arquetípica do discurso sobre a região Nordeste, é apresentado por Albuquerque Júnior como sintetizando os olhares – antes apresentados – político-econômico de Palmeira (2006) e civilizacional de Arcanjo (1996), além de ampliar a discussão destes. Quando entende a compreensão cultural sobre os significados postos acerca

¹² O pernambucano Gilberto Freyre publicou em 1937 o seu livro *O Nordeste*; enquanto o cearense Djalma Menezes publica a obra *O Outro Nordeste*. A segunda obra recebeu este título por sugestão do próprio Gilberto Freyre, por ter percebido que as obras resguardavam figuras paralelas e contrapostas do Nordeste. (ARCANJO, 1996).

dos polos – em especial o sertão –, o autor apresenta esta dicotomia no momento da formulação do discurso, onde o litoral aparece como

o espaço que representa o processo colonizador e desnaturalizador, local de vidas e culturas voltadas para a Europa. O sertão aparece como lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interpretação [...]. O sertão surge como colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É a ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 67).

2.3 Década de 1940, ampliação das instituições e prolegômenos para a fundação do Banco do Nordeste

A década de 1940 iniciou com a Segunda Guerra Mundial e para a região Nordeste com uma grande estiagem no ano de 1942. Com o Estado Novo instituído, uma maior demanda internacional por borracha (e, portanto, uma elevação dos preços) e um estado de penúria causado pela crise climática no Nordeste, além da Guerra e dos chamados Acordos de Washington, todos esses encaminhamentos, como mostra Neves (2003), levaram a fundação, em 1942, do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) que atuou entre 1943 a 1945.

Ao SEMTA foi dada a missão de alistar e enviar trabalhadores para os campos de extração de borracha. Por conta do contexto antes apresentado, os trabalhadores, chamados “Soldados da Borracha”¹³, em sua maioria foram nordestinos e a cidade de Fortaleza teve importância estratégica de alojamento e de porto de embarque destes. Repetiu-se, assim, o que ocorreu na década de 1870, em especial depois de 1877, no primeiro ciclo da borracha, em que se viu, segundo Otávio Velho (1972), a primeira grande migração nordestina para a zona amazônica.

Em vista do governo de Getúlio Vargas, como foi apresentado anteriormente e corrobora Neves (2003), “durante o período de 1930 a 1945, enfrentou duas grandes secas: 1932 e 1942.” (p. 108) e, em concordância com a análise feita por este autor, observa-se que “as ações emergenciais diferiram em modo e

¹³ Ver mais detalhadamente sobre os “Soldados da Borracha” em Morales (2002).

intensidade, conforme as circunstâncias do contexto histórico nacional e internacional e de acordo com o pacto estabelecido com as oligarquias locais” (NEVES, 2003, p. 108). O que manifestou a quem se voltavam estas políticas naquele momento e que perspectiva institucional existia então. Demonstração que não foge do que o exame clássico de Victor Nunes Leal (1975) chamou por “compromisso coronelista”, em que os interesses privados dos chefes locais se misturaram aos proveitos e ações do poder público.

Devido à contestação da estrutura de governo e com o término da Segunda Guerra, o Estado Novo chegou ao fim. Mas, antes de ser deposto, Getúlio Vargas cria a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), por meio de Decreto-Lei¹⁴ no ano de 1945.

No mesmo ano, com as mesmas atribuições, o IFOCS passa a se chamar DNOCS. Em 1963 passou a ser autarquia federal.¹⁵ Para tomar dimensão da atuação desta instituição, Antero (2012, p. 14) apresenta dados sobre o desempenho dela, a saber: entre 1909 e 1980 foram construídos 257 açudes e entre 1909 e 1992 foram perfurados 26.008 poços; todas estas obras localizadas no chamado “polígono das secas” (Ver figura 1).

No ano seguinte, ocorreu o lançamento do novo texto constitucional. A Constituição de 1946 trouxe em seu artigo 198 a retomada dos investimentos na

execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária (BRASIL, 1946).

Como apresenta Antero (2012, p. 16), em termos de recursos, o Nordeste é recolocado em foco a partir de 1946 e passa a receber, ainda de forma incipiente, empréstimos para a agricultura e para o estabelecimento industrial.

¹⁴ A criação da Chesf se deu pelo Decreto-lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945 (BRASIL, 1945a), mesmo outubro em que Getúlio Vargas terminaria deposto.

¹⁵ A mudança de denominação de IFOCS para DNOCS se dá a partir do Decreto-Lei nº 8.846, de 28 de Dezembro de 1945 (BRASIL, 1945b) e sua transformação em autarquia, pela Lei nº 4229 de junho de 1963 (BRASIL, 1963).



Figura 1- Polígono das Secas e extensão do Semiárido

Dois anos após a Constituição ocorreu a criação da CVSF¹⁶ (Comissão Vale do São Francisco), que, apesar de manter a interpretação hidráulica, passa a ser um dos primeiros passos de uma intervenção pensadamente desenvolvimentista. No ano seguinte, 1949, é regulamentado o primeiro parágrafo do artigo 198 da Constituição de 1946, que originalmente formava um “caixa especial” para socorro das populações atingidas pela seca e para empréstimos. Esta regulamentação¹⁷ dá origem ao Fundo Especial das Secas ou Fundo das Secas, em que esta “caixa especial” tem seus recursos rateados entre suas funções: indo 20% para reserva de socorro e 80% para empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos no polígono das secas. O Fundo das Secas foi entregue aos cuidados do BB (Banco do Brasil), que teria por função a abertura de conta especial para o Fundo e faria a intermediação dos empréstimos.

Apesar do esforço federal, as disposições econômicas e sociais permaneceram, sobremaneira, inalteradas. Uma justificativa para isso se relaciona à

¹⁶ Criada pela Lei nº541, de 15 de Dezembro de 1948 (BRASIL, 1948).

¹⁷ Lei nº 1.004, de 24 de Dezembro de 1949 (BRASIL, 1949).

localização das obras hídricas em propriedades vinculadas às oligarquias, realizando uma concentração de favorecimentos e um aumento na subordinação dos pequenos e dos dissociados das estruturas de poder.

Outro ponto importante a se visualizar neste esforço é observar que lógica baseava as políticas para o Nordeste. A lógica foi, recorrentemente, posicionada em uma interpretação liberal, com a grande crença de que o mercado reestruturaria as relações econômicas desfeitas com a escassez. Apesar disso, as mobilizações de retirantes, seja na forma de exigência, seja na forma de saques, colocaram em pauta as questões de intervenção e de busca por uma maior segurança social. O que deixa à mostra, segundo Neves (2003), o papel dos indivíduos atingidos pela seca na formulação institucional para o Nordeste.

A partir destes mesmos indivíduos e da exigência por pensar a questão social interna, a seca levou à discussão política, que teve como resultado a formulação de uma interpretação sobre a mesma baseada na falta de recursos. Esse discurso produzido caracterizou-se por

se lamenta da falta de recursos e, no mesmo movimento, cobra incessantemente do governo federal uma política especial de financiamento para o “Nordeste”, isto é, para a implementação de obras públicas de “combate às secas” ou para o incremento da economia “regional” que ampliaria aquelas possibilidades financeiras (NEVES, 2003, p. 124).

Este discurso está fundamentalmente incluído em uma perspectiva e em uma concepção liberal¹⁸. De outro lado, Albuquerque Júnior (2009, p. 71-73) pontua o uso político deste discurso, em que se tornou unificador e detonador de práticas e interesses de cunho regional. Um mesmo discurso com estas duas consonantes em parte fundamentou a instalação de uma instituição financeira de fomento e de busca de desenvolvimento para o Nordeste, como veremos no capítulo posterior.

Finalmente, segundo Antero (2012), este período apresenta “a consolidação dos desequilíbrios regionais que beneficiaram o Sudeste enquanto centro dinâmico em torno do qual gravitavam as demais regiões” (p. 16). Concomitantemente, as

¹⁸Esta concepção liberal se instaura no Brasil ainda no Século XIX, quando, influenciado pela hegemonia britânica, se incorpora discursivamente nas disposições e posicionamentos políticos. Sobre isso Ianni (1992) observa, no contexto do período final do século XIX, que “o liberalismo generalizou-se tanto na sociedade inglesa como entre as classes dominantes nos países coloniais e dependentes do imperialismo inglês.” (IANNI, 1992, p. 26), situando o lugar que se encontra o discurso liberal das políticas para o Nordeste do período inicial de formulação de instituições.

ações públicas e a intervenção do Estado no Nordeste se relacionaram a um sistema político montado e baseado nas disposições de um poder político local e clientelista das oligarquias regionais e que acentuaram e reificaram o patrimonialismo que norteou este primeiro período.

3 PROCESSO DE FUNDAÇÃO E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DO BANCO DO NORDESTE

3.1 Contextos institucionais anteriores à fundação do Banco do Nordeste

Como anteriormente apresentado, o Nordeste finaliza a década de 1940 com quatro dispositivos institucionais firmados com diretrizes definidas, a saber: (1) o DNOCS representava e permaneceu representando uma instituição baseada na interpretação de engenharia hidráulica, mesmo nos dias atuais e com seu esvaziamento político; (2) a CVSF, que se conduz por uma ação mais racionalizada e pensada para o desenvolvimento, apesar de resguardar, ainda, a interpretação hidráulica; (3) a Chesf, que se relaciona prioritariamente com o pensar as questões da ampliação urbana e dos incentivos à industrialização na região Nordeste pela maior oferta de recursos energéticos e, por seu trabalho hidroelétrico, mantém uma vinculação próxima à discussão sobre reservas hidráulicas; (4) por fim, colocam-se as reservas de recursos para o Nordeste desde 1946 e sua posterior ratificação com a criação do Fundo Especial das Secas ou Fundo das Secas sob a responsabilidade e administração do BB.

Ainda advindo do contexto internacional da década de 1940, no qual houve a formulação da ordem mundial pós-segunda guerra mundial, o termo “desenvolvimento” passou a ser e estar sempre na pauta das agendas mundiais como aporte ideológico das ações políticas internacionais. Na sequência aos acontecimentos de 1945, se pode ver o surgimento de instituições supranacionais¹⁹ com o intuito de promover o desenvolvimento.

Estas instituições supranacionais nasceram, diretamente, do acordo de Bretton Woods (*de julho de 1944*), como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), mais conhecido como BM (Banco Mundial). Logo depois é possível ver o aprofundamento do conflito entre as potências capitalistas e socialistas no contexto da Guerra Fria. Esta se tornou um espaço de disputa entre diferenças civilizatórias, como apresenta Ferreira Júnior (1998, p. 161) em uma discussão com Huntington, por conta do conflito ter deixado de ter nos caracteres político e econômico suas fontes

¹⁹ O que Held e McGrew (2001) chamam de nova constituição de arranjos institucionais internacionais, em que conceituam estas instituições supranacionais como “inovações institucionais significativas na gestão econômica internacional” (p. 55).

fundamentais, estes substituídos por aspectos civilizatórios que as ideologias engendraram.

A partir do recorte Leste-Oeste do mundo, durante uma quadra de anos (1947 - 1950), pode-se observar uma série de eventos que preencheram ideologicamente o termo “desenvolvimento”, principalmente para a política internacional entre as décadas de 1940 a 1970, a saber²⁰: 1) em 1947, o presidente do Estados Unidos, Harry Truman, apresentou ao congresso estadunidense uma política internacional de contenção da expansão do socialismo no mundo, em especial aos chamados “elos fracos do sistema capitalista”, dentro da perspectiva estadunidense, fundando especificamente o conflito já citado; 2) em 1948, ocorreu a primeira grande crise entre estas potências, a partir do bloqueio de Berlim e para a América Latina há a criação da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) pela ONU (Organização das Nações Unidas), que a partir de uma visão econômica estruturalista visualizava o mundo dividido em uma estrutura bipolar de centro-periferia e dentro dessa ideia diagnosticava que o combate ao subdesenvolvimento passaria pela industrialização dos países subdesenvolvidos da América Latina; 3) em 1949, ano chave para o termo e o conjunto de ações vinculados ao desenvolvimento, Truman discursou, apresentando a tese da existência de três mundos, sendo que os dois primeiros apresentam um valor ideológico situado no Leste-Oeste por se tratarem de “países desenvolvidos” capitalistas e socialistas e o terceiro um valor ideológico Norte-Sul, já que se tratava de “países subdesenvolvidos” independente de seus matizes ideológicos capitalistas ou socialistas; e finalmente, 4) em 1950, ocorre o início da primeira intervenção armada dos projetos ideológicos, seu campo foi a península coreana, que ficou conhecida como Guerra da Coreia opondo Coreia do Norte (comunista) e Coreia do Sul (capitalista), conflito que durou o período entre 1950 e 1953.²¹

Somado a estes contextos já citados: de institucionalidades regionais e internacionais e do plano político ideológico internacional, a década de 1950 resguarda a consolidação hegemônica de uma nova interpretação sobre o Brasil e sobre suas políticas, a fixação da leitura nacional-burguesa. Para Bresser Pereira

²⁰ Como referências a estes pontos, uso Rist (2002), Pantaleón (2002), Escobar (2007) e Furtado (1997; 2007).

²¹ Pelo menos na forma armada efetiva, já que diplomaticamente as duas Coreias permanecem em guerra.

(1997), essa perspectiva teria surgido no bojo dos anos de 1940 e havia alcançado pleno desenvolvimento intelectual no início da década seguinte. Primeiramente, tal visão se pautou por criticar agudamente à anterior, de vocação agrária, entendendo-a como seminalmente ligada a uma “cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 21) e se propunha a buscar “uma identidade cultural nacional e a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 21).

Essa interpretação se pautou por diretrizes, tais como nacionalismo, industrialismo, modernização e de cunho progressista em referência ao social. Este grupo modernizante tinha como aparato social a burguesia industrial, a classe média técnica e os trabalhadores urbanos. Nesse contexto, o aparato social e intelectual foi liderado por figuras do chamado pacto populista, tais como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, líderes que colocaram na agenda pública as ideias de planejamento e industrialização substitutiva (BRESSER PEREIRA, 1997).

A interpretação nacional-burguesa ficou conhecida na prática política como desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo, vínculo que se deu por meio da formulação de instituições em alguns âmbitos. Mesmo antes da consolidação eleitoral dessa interpretação se observa a sua veemência modernizante quando Dutra em 1951, em uma das suas últimas ações como presidente da república, cria²² o CNPq (a época Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) como investimento institucional para o financiamento e o progresso científico e tecnológico, fundamental para a criação de quadros que sustentassem, na prática, o intento da industrialização (CNPQ, 2013).

3.2 Segundo governo Vargas, limites da “solução hidráulica” e fundação do Banco do Nordeste

Vê-se que, ao chegar ao poder, Vargas tinha já os aportes contextual, ideológico (nacional e internacional), institucional e prático não só a serviço da ideia de desenvolvimentismo, mas também como o processo que Foucault (1979) chama de governamentalização do Estado²³. Para o autor, este foi “o fenômeno que

²² CNPq é criado pela Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951. (BRASIL, 1951)

²³ Tal governamentalização do Estado seguiu um caminho contextual e processual, isso porque como apresenta Mary Douglas (2007, p. 55), em sua abordagem funcionalista sobre as instituições, a apropriação “de uma ideia é um processo social”, mas que o “processo de se apropriar de uma teoria

permitiu ao Estado sobreviver” (FOUCAULT, 1979, p. 292). A partir do campo empírico, que a criação de instituições pautadas na ideia de desenvolvimento foi a construção definitiva de uma governamentalidade, em especial institucional, nos termos de Foucault. Se para Foucault (1979, p. 286) esta seria uma ideia-prática construída e conservada na estrutura institucional e mental, o que se observa é que o termo desenvolvimento se torna uma forma de determinação quando, pela criação das instituições, se incrusta mentalmente à ideia de governo e governança, pelo menos no Brasil no que tange ao dado empírico no qual aqui fixado.

Ademais, além desses contextos e disposições de políticas públicas institucionais à perspectiva desenvolvimentista ou nacional-desenvolvimentista, ocorre uma grande estiagem entre os anos de 1951 e 1953 quando uma considerável quota de migrantes se apresentou tanto no circuito intrarregional quanto no inter-regional. Segundo Martins (2011, p. 82), tal contingente levou a apresentar, a época, os limites e a insuficiência das estratégias hidráulicas. Outro fato determinante para a mudança de rumo na ação pública no Nordeste, segundo o mesmo autor, esteve na “divulgação das contas nacionais e regionais do Brasil” (p. 82), contribuindo para a mensuração das desigualdades inter-regionais de renda.

Dentro desta amálgama de interesses e demandas, o segundo governo de Getúlio Vargas inicia. Ocorre, então, a organização e o envio de uma missão para avaliar as condições e as possibilidades da região Nordeste. Para essa missão foi escolhido como chefe, como apresenta Martins (2011), o banqueiro paulista que havia assumido o Ministério da Fazenda, Horácio Lafer. Segundo Santos e Góis (2012), a presença do ministro de Estado nesta região atingida pela seca foi antes, um “fator de precipitação, um catalisador” (p. 42) do que a justificativa técnica e cabal para o surgimento da ideia de criar uma instituição de crédito e de desenvolvimento.

Sobre este momento histórico de um governo com impulsos a práticas políticas de “desenvolvimento”, de seca e com a presença do Ministro da Fazenda na região, alguns ex-presidentes do Banco do Nordeste expuseram seus pontos de vista. Para Raul Barbosa (2011a)²⁴, a ideia de criar uma instituição como o Banco do Nordeste se não havia decorrido por conta da presença do ministro na região

é tão social quanto cognitiva. Inversamente, a apropriação de uma instituição constitui, em sua essência um processo intelectual, tanto quanto um processo econômico e político.”

²⁴ Discurso feito no ano de 1956.

Nordeste, pelo menos “na oportunidade da visita do ministro Horácio Láfer então titular da Pasta da Fazenda, à área da seca” (BARBOSA, 2011a, p. 82), o que mostra que Raul Barbosa não acreditava em uma convicção pessoal do ministro, mas em uma concepção contextual em que este estava inserido. Hilberto Silva (1973) atribui a Horácio Lafer um papel fundamental e lhe dá a alcunha de “patrono” da instituição. Apresenta, dessa forma, a mudança de visão e de significado atribuído a um mesmo personagem, dentro da instituição durante a passagem temporal, formulando também ressignificações acerca da própria instituição.

Se o ministro não foi o gatilho, foi a partir da exposição de sua ideia que as dificuldades regionais se davam pelas “falhas estruturais no quadro da economia regional” (O GLOBO, 1977, p. 21)²⁵. Passa, portanto, a ser o último argumento para implantação de um estabelecimento de crédito “com o propósito de trazer à Região os recursos permanentes indispensáveis a uma arrancada desenvolvimentista” (O GLOBO, 1977, p. 21) e, dessa forma, não se restringindo a momentos de estiagens. Tais exposições foram levadas ao presidente da república e ao congresso. Posteriormente, ocorreram debates acerca da criação de uma instituição regional que atuasse como banco comercial, assistencial e de fomento.

Segundo Érico Firmo (2012)²⁶, neste momento de debates, ocorreu a articulação entre os estados de Minas Gerais e São Paulo – pólos de poder político para a criação de uma instituição semelhante para o sudeste. Tal pedido não foi diretamente atendido, mas politicamente coube ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) atuar no Sudeste no mesmo viés que o Banco do Nordeste deveria atuar na Região Nordeste.

Ainda em meio aos debates e na formulação do projeto de criação do Banco do Nordeste ocorreram muitas críticas à atuação do BB e este, por seu lado, foi contrário à criação do Banco do Nordeste. Segundo Santos e Góis (2012, p. 95), o BB se opunha ao Banco do Nordeste, por se tratar de um concorrente junto ao Fundo das Secas, pela diminuição de prestígio político que detinha na região e por se tratar, de acordo com os autores, de um atestado de ineficácia à sua atuação.

²⁵Refere-se à publicação do Jornal *O Globo*, de 19 de Julho de 1977, intitulada *A maior agência de desenvolvimento da AL*.

²⁶Publicada no caderno Economia do Jornal *O Povo*, de 24 de Junho de 2012, intitulada *Este banco interessa ao Brasil*.

Após a aprovação no Congresso Nacional, o projeto de criação do Banco do Nordeste seguiu para sanção presidencial. Interessante observar, que tramitavam em paralelo os projetos de criação de “dois grandes bancos estatais que viriam a mudar a própria configuração institucional do sistema financeiro nacional – BNDES e o BNB” (p. 62). Ambos foram sancionados com a diferença de um pouco menos que um mês (BRASIL, 1952a; 1952b). Apesar dessa proximidade, há que se examinar que o Banco do Nordeste, segundo Santos e Góis (2012), “não nasceu de um plano, mas de uma filosofia de governo” (p. 62) e, portanto, provém mais de todo um conjunto de contextos e determinações do que de uma meta; ao passo que o BNDE, ainda segundo os autores, “nasceu de um plano, que era o de fazer o desenvolvimento por meio da industrialização” (p. 62), atuando de maneira a tornar presente a ideia de constituição do parque industrial brasileiro.

Ainda, sobre a criação destas duas instituições financeiras voltadas ao “desenvolvimento” durante o início da década de 1950, deve-se observar, a partir da reflexão de Rist (2002), que esta década, no plano internacional, “aparece así como un tiempo de ‘incubación’ del ‘desarrollo’.” (p. 107).

3.3 Incorporação e início da atuação do Banco do Nordeste

No primeiro momento de criação do Banco do Nordeste, o mais importante a destacar é o processo de incorporação do Banco presidido pelo então assessor chefe da Assessoria Econômica do presidente Getúlio Vargas, o baiano Rômulo de Almeida. Já que

Vargas colocou Rômulo Almeida na Presidência da Comissão Incorporadora do Banco, provavelmente, por considerar que o projeto do BNB devia ter o encaminhamento mais eficaz possível, talvez de preferência dentro de uma segura linha nacionalista e por um homem de sua absoluta confiança (SANTOS E GÓIS, 2012, p. 47).

Depois se manifesta a disputa entre seis cidades para sediar o Banco (Fortaleza, Recife, Campina Grande, Natal, Maceió e Salvador) e, após o afunilamento da disputa enfim a luta veemente ficou entre Recife e Fortaleza. Esta venceu a concorrência, que, para Martins Filho (1990), foi “uma luta ciclópica, em que se conjugaram todos os parlamentares cearenses no Congresso Nacional e mais o Governo do Estado” (p. 19). O argumento principal para a vitória da capital cearense

está no fato de o Ceará ter “a maior percentagem de sua área no polígono das secas” (LEITE, 2012, p. 59).

O Banco do Nordeste advém do nacional-desenvolvimentismo unido ao pensamento financista de Horácio Lafer, com suas “soluções bancárias”, em um contexto que a instituição aparece como alternativa à solução hidráulica (MAGALHÃES, 1980). A propósito, veja-se a evocação imagética dessa particularidade histórica na figura a seguir.



Figura 2 - Apresentação imagética da importância do Nacional-Desenvolvimentismo para a fundação do Banco do Nordeste, na Exposição Banco do Nordeste 60 anos.

Sobre esse momento da fundação é interessante observar os significados institucionais atribuídos a ele. Em um conjunto geral foi entendido como uma vitória da área do polígono das secas (MARTINS FILHO, 1990; BARBOSA, 2011a), atribuindo à criação da instituição a inauguração de uma nova fase ou uma mudança de enfoque para as políticas de tratamento das secas e da região Nordeste (BARBOSA, 2011b; SILVA, H., 1973; MAGALHÃES, 1980). A essa vitória Hilberto Silva (1973) atribuiu uma perspectiva de abertura de “caminhos da redenção econômica e social” (p. 4). Ao tomar a própria entidade, na fala institucional dos ex-presidentes do Banco, se pode apreender como se versou a interpretação sobre ela:

Raul Barbosa (2011a) entende que o Banco do Nordeste nasceu para construir, ensinar e financiar o desenvolvimento, mas que, contraditoriamente, se apresenta como a face de uma nova fase na “luta” contra as secas, o que reafirma a ideia de combate aos impactos das secas por meio do crédito; Hilberto Silva (1973) vê que o Banco do Nordeste como um “instrumento criado pelo Governo Federal com a missão de cooperar no progresso de desenvolvimento socioeconômico da Região” (p.3), aprofunda, assim, sua interpretação no entendimento do Banco como uma instituição de “desenvolvimento”; já João Alves de Melo (1993) assinala como decisiva a década de 1950 e dentro dela a fundação do Banco, entendendo-a como uma década que avançou no intuito de tratar a questão regional a partir do planejamento econômico, demonstrando a atribuição técnica que ganha contornos no Banco do Nordeste.

Dentre as interpretações sobre a instituição, com base nas falas de seus ex-presidentes, sobre o momento da fundação do Banco, a que mais chama atenção é a ideia, defendida por Hilberto Silva (1973), de que teria ocorrido um hiato de trezentos anos de esquecimento e de “desenvolvimento” lento. Tal leitura está baseada na ideia de que na década de 1650 inicia a decadência do açúcar e conjuntamente a decadência do Nordeste, no que tange a economia e o político, e que na década de 1950 teria ocorrido o entendimento da importância da região, o que aqui já mostrei ser um equívoco por levar em conta que o Banco surge 75 anos após as primeiras ações do governo central e mais de quarenta anos depois da primeira instituição para o Nordeste.

Outro ponto basilar dessa visão está no deslocamento do eixo econômico e político para o Sudeste a partir da descoberta das jazidas auríferas. Isso porque, segundo Magalhães (1980), este fato seria o gatilho que “apressaria a transferência da capital da América Portuguesa, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro.” (p. 5), além da consequente permanência da dominância do Sudeste nos processos econômicos posteriores ao ciclo do ouro, com a hegemonia cafeeira e o início da industrialização, processos esses bem examinados na obra de Celso Furtado (2007).

O interessante dessa perspectiva está na construção indireta de um lugar de fala que evoca o discurso de lamento sobre a falta de políticas para o Nordeste, que foi examinado a partir da análise feita por Neves (2001). Este reafirma ao mesmo

tempo a decadência e o empobrecimento da região Nordeste, adensada ao longo dos anos pela perda da centralidade econômica e política, motivo que teria servido de argumento para encontrar no desenvolvimento dos processos históricos um possível esquecimento.

Essa leitura legitimadora do Banco apresenta, portanto, uma “repolarização” feita pelas jazidas dos metais preciosos, em que o Sudeste se sobressai a um Nordeste decaído e subalterno, após um momento de hegemonia do segundo. Dessa forma, veicula-se um discurso que não só reafirma, mas em que a manutenção dessa perspectiva, vinculada ao empírico, mantém, também, a coerência pela busca do “desenvolvimento” para o Nordeste e mais profundamente o fundamento do próprio Banco.

Assim, é dado analisar as analogias realizadas para legitimar o surgimento e fundação do Banco a partir da compreensão do exame das “polaridades” criadas entre Nordeste e Sudeste e, oportunamente, entender ulteriormente as instituições para o Nordeste. Estas estão ancoradas, primeiramente, em uma ideia de Nordeste, que segundo Albuquerque Júnior (2009), “nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede poderes” (p. 83) e que, portanto, participaria de uma invenção cultural a partir da repetição de enunciados que, no mais das vezes, segundo o autor, “não são impostas de fora, elas passam por nós [nordestinos]” (p. 32) e pelas instituições que os codificam e reificam em seus discursos de afirmação.

Um segundo ponto se relaciona à desigualdade efetiva inter-regional nos campos político e econômico, mas que é mantida seja como discurso seja como amparo às ações das instituições. Dito de outra forma, a lógica da existência dessas instituições perpassa a manutenção deste quadro (econômico, histórico, social e político) enquanto modo cultural de pensar e *administrar*²⁷ o Nordeste. Os enunciados legitimadores observados tomam a desigualdade inter-regional como fortalecedor da existência e da legitimidade da instituição do Banco do Nordeste.

Apesar de contraditório, quando se observa do ponto de vista da teoria – por reificar a desigualdade como modo de dar lógica à instituição –, e legitimador às avessas, este lugar de fala funcionou – e está presente ainda hoje – como

²⁷ Como aponta Albuquerque Júnior (2009), o “Nordeste é pesquisado, ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta” (p. 40).

aglutinador e mantenedor político do Banco pelo aporte histórico, cultural, econômico e político, além de ter paralelo direto a um discurso evocado com mesmo viés de exigências de políticas efetivas para a região, sustentado na ideia de subalternidade no âmbito nacional²⁸ e, se for considerado o plano internacional, ainda mais subalterno por ser a região mais pobre de um país “subdesenvolvido” ou, segundo Furtado (1997, p. 73), à época considerado como de terceiro mundo.

Durante o processo de incorporação presidido por Rômulo de Almeida ocorreram dois fatos importantes: o primeiro foi o convite de Rômulo de Almeida ao ex-governador do Ceará Raul Barbosa para chefiar a Assessoria Jurídica do Banco, sendo, mais tarde, o primeiro Diretor na área (MARTINS FILHO, 1990; LEITE, 2012); o segundo foi o incentivo à incorporação que partiu do plano federal pela transferência da responsabilidade sobre o Fundo das Secas do BB para o Banco do Nordeste²⁹ (BRASIL, 1953).

Ainda nesse processo, ocorreu a tramitação da lei que daria vida à Universidade do Ceará, a sétima instituição com vínculo com a união, hoje Universidade Federal do Ceará (UFC)³⁰ (BRASIL, 1954). Essa seria (e hoje é, principalmente) sediada em Fortaleza, assim como o Banco, e funcionando, posteriormente, segundo Martins Filho (1990), como formadora de quadros para projetos de “desenvolvimento” e para o próprio Banco do Nordeste. Especificamente à UFC, é interessante observar de que forma está vinculada à ideia de desenvolvimento concernente a época de sua fundação, com relação à formação de pessoal habilitado e tecnicamente competente. Seu primeiro reitor a apresenta quando afirma, em discurso, que “desenvolvimento é técnica, técnica é ciência, e ciência é Universidade” (MARTINS FILHO, 1990, p. 64), apresentação da perspectiva tomada na fundação e de que lugar ocupa a universidade, e especificamente a UFC, na ideia vigente nesse período. Além disso, nas palavras de Martins Filho (1990), ao se organizar a Universidade se priorizou a consideração sobre “as condições do meio como fator fundamental” (p. 140), em que por fim deu

²⁸ O que Albuquerque Júnior (2009) entende como uma ideia e um discurso que posiciona o Nordeste na subalternidade da formação da nacionalidade.

²⁹ “A Lei nº 1918, de 24.07.53, regulamenta o emprego dos recursos previstos no art. 198 da Constituição [de 1946], excetuados os da chamada “caixa especial”, objeto da Lei nº 1.004, a 24.12.49, alterada pela de nº 1.649, de 19.07.52, que deu origem ao Banco do Nordeste.” (BARBOSA, 2011a, p. 184).

³⁰ Além da UFC, Oliveira e Vianna (2010) apontam as fundações da UFPB e UFRN (1960) e UFAL (1961), nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, respectivamente, como instituições que foram auxiliadas e apoiadas pelo Banco do Nordeste.

ao lema esse aporte: O Universal pelo Regional; se aproximando ainda mais do Banco do Nordeste, como se poderá ver adiante. Como expressa Martins Filho, esta era a posição filosófica da UFC, “que passou a representar o lema ou divisa da própria Instituição, nos seus anseios de pioneirismo e inovação exigidos pelo espírito da época trepidante que estávamos vivendo” (MARTINS FILHO, 1990, p. 140).

Como apresenta Rodrigues (2004), a participação dos funcionários do BB na incorporação do Banco agregou à nova entidade valores que se assemelham àqueles do BB, que se caracterizou pela difusão e prática desse valores transpostos do Brasil/nação para Nordeste/região. De outro lado, introduziu a dualidade advinda da duplicidade de papéis que ambas as instituições encerram. Segundo Rodrigues (2004), o BB se apresentou pela atuação “nos moldes de empresa privada, voltada ao lucro e à competição e, ao mesmo tempo, como empresa pública, atrelada aos interesses de governos e sujeita a cobranças de concretização de objetivos sociais.” (p. 18),

Como apontam Oliveira e Vianna (2010, p. 115) e como ressalta Gussi (2008) sobre o slogan do Banco, “Nosso negócio é o desenvolvimento”, ao se referir à dualidade da posição entre lucro e social, de forma semelhante, o Banco do Nordeste encerra a mesma particularidade quando pontuado tanto como de mercado ou comercial quanto de “desenvolvimento”.

Nos primeiros meses de estabelecida a organização do Banco do Nordeste, a primeira medida a que se propôs a entidade foi estabelecer o que previa o parágrafo único do artigo 18 da lei de fundação do Banco, que sinalizava para a fundação de um escritório particularmente voltado ao exame das estruturas econômicas do Nordeste. Pedro Sisnando Leite (2012), funcionário aposentado e ligado ao ETENE, entende que a lei previu “a organização de um escritório técnico de estudos e planejamento econômico da Região” (p. 95) no intuito de “realizar estudos para fundamentar a atuação do Banco” (p. 109) com a formação de uma pauta em que se mostrassem propriedades de planejamento com prioridades e orientações. Desse artigo da lei de fundação surgiu o ETENE com o propósito de ser o cérebro ou o indicador de caminhos da atuação do Banco no Nordeste. Segundo Santos e Góis (2012), “desde o início, o órgão foi ligado diretamente à Presidência do Banco” (p.114) e não à toa coube-lhe a responsabilidade de pautar as alocações de crédito.

No cenário nacional, no decorrer do ano de 1954, ocorreu a crise referente ao governo de Getúlio Vargas, finalizada com seu suicídio e deu ao pacto populista sua primeira derrota. O suicídio de Vargas fez com que Rômulo de Almeida entregasse o cargo de presidente do Banco no dia seguinte. Esse foi sucedido por Costa Porto até inícios de 1956.

3.4 Raul Barbosa e efetivação da atuação do Banco do Nordeste, o Golpe e o Estado de Exceção

Se Rômulo de Almeida foi o presidente que incorporou e efetivou o Banco do Nordeste, seu segundo sucessor reafirma seu trabalho, tanto no plano institucional, já que o novo presidente fazia parte da primeira diretoria, quanto no plano ligado à presidência, por se coadunar ao projeto do nacional-desenvolvimentismo. Raul Barbosa assume no início de 1956 e trabalha na consolidação do Banco do Nordeste, em especial junto às instituições existentes e nascentes.

Durante toda a sua gestão, Raul Barbosa esteve preocupado em “blindar” o Banco do Nordeste do clientelismo, o que se viu ocorrer em outras instituições como o DNOCS. De acordo com Leite (2012), para fazer esta blindagem Raul Barbosa buscou “preparar quadros responsáveis e agir em função de critérios técnicos, ‘numa região historicamente influenciada por fatores políticos’” (p. 43). Essa preocupação com a formação de quadros, em especial na área de economia e para promoção do desenvolvimento, fez com que, segundo Martins Filho (1996), o Banco do Nordeste estivesse muito próximo da UFC, já no início das atividades de ambas as instituições.

Alguns exemplos³¹ disso: o apoio pessoal de Raul Barbosa na incorporação da Faculdade de Economia do Ceará à UFC em 1956 (só ocorrida em 1962) e, posteriormente, auxiliou, com o aporte do Banco, na configuração e fundação da pós-graduação em economia da UFC na figura do CAEN (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas); o apoio institucional ao Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico, em 1957, de onde foram extraídas diversas observações sobre o Nordeste que viriam a ser discutidas posteriormente no GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste); o convênio entre UFC e Banco do Nordeste na criação do CEPRON (Centro de Produtividade

³¹ Ver Martins Filho (1990; 1996), Leite (2012) e Oliveira e Vianna (2010).

do Nordeste) em 1960, centro que ficou sob a responsabilidade da UFC; e , em 1964, a partir de uma parceria entre SUDENE, UFC e Banco do Nordeste funda-se o CETREDE (Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional, hoje somente Centro de Treinamento e Desenvolvimento), com o apoio da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A relação do Banco do Nordeste com a criação de políticas públicas institucionais para o Nordeste se torna mais premente durante a segunda parte da década de 1950. Nesse período se apresentam os estudos de planejamento e de conjuntura feitos pelo ETENE e em uma das suas colocações indicou o direcionamento de recursos aos setores de crédito agrícola e industrial. Segundo Santos e Góis (2012), o Banco do Nordeste sugeriu ao governo federal a ideia de formação de um grupo que pensasse o planejamento e, dentro da lógica do Banco, o “desenvolvimento” do Nordeste, coadunando, assim, redes³² de interesse e de poder relativos ao governo federal, à região e ao próprio Banco de então.

Dessa forma, ao final de 1956 é criado o GTDN (BRASIL, 1956), que posteriormente recebe o incentivo ao debate pelos trabalhos realizados no Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico ministrado pela UFC. Em 1958, Celso Furtado, como diretor do BNDE na área do Nordeste, toma conhecimento do grupo de trabalho, ao mesmo tempo em que uma crise climática atinge à região, ficando mais urgente a formulação de ações para o Nordeste.

No início de 1959³³, Juscelino Kubitschek organiza a OPENO (Operação Nordeste) sob a chefia de Celso Furtado (FURTADO, 1997). Durante o mesmo ano é lançado o relatório do GTDN com suas principais indicações apontando, de acordo com Leite (2012), para as problemáticas da constatação das disparidades inter-regionais, do baixo nível de capitalização e a transferência de recursos da região Nordeste para o Centro-Sul. A partir dessas duas experiências houve a transformação em CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste)³⁴ e que, posteriormente, serviria de base para a instituição da SUDENE (Brasil, 1959), que

³²Assim como compreende Gustavo Lins Ribeiro (2008) em sua observação da relação entre poderes instituídos, redes de interesse e ideologia inseridos no campo do “desenvolvimento”.

³³ Sobre esse momento Martins (2011) faz entender o processo que viria a fazer surgir a pauta para investimentos para o Nordeste, em alguns pontos até hoje, quando se instituem “a ‘Operação Nordeste’, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Do trabalho deste Grupo surgiria o famoso relatório do GTDN, intitulado *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*” (Martin, 2011, p. 83).

³⁴ Realizou-se em 25 de abril de 1959 (FURTADO, 1997).

tinha por base a criação de um mercado interno no Nordeste, em especial no que tange a alimentação e o custo dela, e a industrialização da região. Segundo Furtado (1997) e Barbosa (2011a), criação da SUDENE amplia, também, a área de atuação das políticas para o Nordeste, já que inclui o Maranhão como a fronteira agrária da região e o norte de Minas Gerais por apresentar características semelhantes ao Nordeste, juntando-se aos outros oito estados.

Então a década de 1960 se anunciou e se iniciou com incentivos à industrialização e à infraestrutura na busca de efetivação das políticas públicas elaboradas pelo planejamento (BNB, 2013). Conjuntamente, se denotou que a troca de presidência no plano federal mexeu na presidência do Banco, já que Jânio Quadros optou por Alencar Araripe enquanto João Goulart recolocou Raul Barbosa à frente do Banco do Nordeste. Além disso, dois outros acontecimentos ocorridos durante o início dessa década são importantes à região: 1) a efetivação do Sistema 34/18³⁵ em 1962, que em 1974 daria lugar ao Finor (Fundo de investimentos do Nordeste); e 2) a realização do Golpe de 1964, que pôs fim ao pacto populista e a interpretação nacional-burguesa.

Sobre o segundo acontecimento, destaca-se que para o Banco não houve, em primeiro momento, uma mudança muito profunda, já que permaneceu Raul Barbosa como presidente da entidade. O que dá indícios de que o golpe, na prática, não se opunha às práticas de política econômica e de investimentos nem do Governo Goulart nem do pacto populista. Ainda sobre o Golpe, Palmeira (2006) destaca que “1964 representa, em termos de Nordeste, o recuo forçado à hegemonia de um tipo de estrutura política superada pelo próprio desenvolvimento do sistema” (p. 61), ocorrendo, como observa Schwarz (1978) e Palmeira (2006, p. 62), a desconstrução dos grupos de pressão e das disputas institucionalizadas entre grupos, próprias do sistema político moderno, além de haver a reestruturação do sistema coronelista.

Ainda observa-se a justificativa do Golpe no que tange ao Nordeste, em que, como apresenta Martins (2011, p. 79), no final da década de 1950 e início de 1960, existia uma visão próxima da concepção e interpretação norte-americana sobre a

³⁵O mecanismo do 34/18 se constituiu da combinação de dois tipos incentivos fiscais e as alterações levaram à criação do Finor, sendo o Banco do Nordeste colocado como gestor destes incentivos (ver Oliveira e Viana, 2010, p. 105 - 109).

região Nordeste da época. Nesta ocorria a leitura de um potencial revolucionário germinado da desigualdade e da pobreza, especialmente do campesinato, receio advindo das insurreições chinesa e cubana.

Para Moacir Palmeira (2006), em seu estudo sobre o Nordeste, essa compreensão sobre a região teria sido gestada a partir de um processo que se iniciou com o crescimento econômico e relativo desenvolvimento social e de direitos, ainda na década de 1950, da região centro-sul, e que teve reflexo no Nordeste a partir no aumento agroindustrial canavieiro e, portanto, das plantações entre meados das décadas de 1950 e início de 1960. Essa ampliação dos canaviais abateu-se sobre as lavouras de subsistência ou de agricultura familiar nordestinas, que tinham um importante papel de abastecimento das capitais litorâneas. Segundo Palmeira (2006, p 60-61), a retirada desses camponeses para o aumento das plantações de cana-de-açúcar teve, três consequências diretas: a primeira é a transformação dos camponeses em assalariados sob uma pressão para manutenção de salários baixos; a segunda ocorre a partir da ligação dos trabalhadores rurais em sindicatos e ligas em decorrência do assalariamento; e, por último, com a menor oferta de alimentos elevaram-se os preços, levando a uma insatisfação das capitais estaduais. Segundo Palmeira (2006), inicialmente esses fatores levaram a questionamentos reivindicatórios nos planos da política, do social e da economia. O autor assinala ainda que, posteriormente, essas exigências públicas tomaram contornos mais radicais e de luta social.

Ainda sobre as décadas que foram sucedidas pelo golpe, segundo Santos e Góis (2012), se pode observar que a expansão do setor industrial no Centro Sul na década de 1950 assinalou

uma tendência à deterioração na posição relativa do Nordeste em confronto com a economia do País como um todo. Enquanto em 1950 o Nordeste participava com cerca de 16% da renda nacional, em 1955 esta participação desceu a 14% (p. 112).

Exposição que apresenta uma contradição aos propósitos da ação das políticas públicas institucionais para o Nordeste, já que essas não modificaram os processos pelos quais passava a região, ocorrendo, segundo Leite (2012, p. 203), um distanciamento ainda maior do Centro-Sul e um reforço das disparidades existentes.

Tais movimentos ocorreram concomitantes, ainda que contraditoriamente, à ampliação a legitimidade da existência do Banco do Nordeste.

Para Bresser Pereira (1997), a crise política da década de 1960 e o golpe de 1964 finalizaram as perspectivas da “interpretação nacional-burguesa” e nesse processo quatro interpretações ganham força, mas somente uma torna-se hegemônica, três delas são³⁶: a funcional capitalista; a da superexploração imperialista; e a da nova dependência. A que se tornou hegemônica no pós-1964, segundo o autor, foi a “interpretação autoritário-modernizante”, que rompia com a aliança³⁷ do pacto populista de sua antecessora e fez a unificação entre a burguesia industrial e a mercantil com o apoio do capital das empresas multinacionais e sob a direção política da tecnoburocracia estatal. Os princípios basilares dessa perspectiva estão na segurança nacional e no afinho de promover o desenvolvimento econômico, estes dirigidos por três lugares de fala, então unificados, a saber: a burguesia local, a tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais que entravam em massa no mercado industrial brasileiro. Essa interpretação era, portanto, segundo Bresser Pereira (1997, p. 24-25) e Schwarz (1978), uma leitura tecnoburocrata e, por isso, tinha em si um caráter fundamentalmente capitalista com a defesa da livre-empresa, do planejamento e da intervenção do estado de forma direta.

Como se pôde ver corporificado na trajetória do Banco, quando do golpe de 1964, com a permanência na presidência de Raul Barbosa, a observação autoritário-modernizante se vinculou, segundo Bresser Pereira (1997), ao projeto “industrializante, antiliberal, burguês e tecnoburocrático, da interpretação nacional-burguesa” (p. 25). Segundo o autor, apesar de retirar o discurso nacionalista e popular que existia na análise anterior, entretanto compra um discurso contraditoriamente ufanista e multinacional, além de não necessitar de um discurso popular por causa da total exclusão dos trabalhadores do pacto social.

Posteriormente, o golpe se institucionaliza com a Constituição de 1967³⁸ (BRASIL, 1967a) que é construída a partir da revisão da Constituição de 1946,

³⁶ Ver Bresser Pereira (1997, p. 27-43).

³⁷ Aliança da interpretação nacional-burguesa era baseada na “aliança da burguesia com o proletariado sob a égide da tecnoburocracia estatal, contra a burguesia agrário-mercantil e imperialismo” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 24)

³⁸ Ocorre, nesta carta magna, a extinção dos fundos públicos das secas que destinava 0,8% da renda tributária nacional.

vigente no momento do golpe, somada às emendas e aos quatro primeiros atos institucionais. Constituição essa que toma um aspecto legitimador do novo regime. Sob essa legitimação o documento cristalizava os princípios basilares da interpretação autoritário-modernizante por garantir, sobre todos os direitos, a manutenção da segurança nacional; em outro aspecto o texto constitucional garantiu e manteve, em seu art. 157, a diretriz do investimento econômico-social vinculada somente ao “desenvolvimento” econômico. Sobre o último, Celso Furtado (1998) advoga que é simplificar o problema em atribuir ao golpe de 1964 e ao governo militar a mudança do sentido das políticas, “que levaria a substituir a meta do desenvolvimento (prioritariamente social) pela do crescimento econômico que é inerentemente criador de desigualdades e privilégios” (p. 20). Privilégios e desigualdades que serão observados no capítulo seguinte.

No plano do Nordeste e das políticas públicas institucionais para essa região se pode ver, após o golpe, a cassação de Celso Furtado do posto de Superintendente da SUDENE e, durante o ano de 1967, o presidente do Banco do Nordeste, Raul Barbosa ser convidado a compor a diretoria do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento). Encerra-se, assim, o período de fundação e afirmação institucional do Banco do Nordeste, conjuntamente a afirmação de outras instituições que tiveram importância simbiótica e conjugada – como a UFC e a SUDENE – com o Banco para a fluência da ação pública de então.

4 ESTADO DE EXCEÇÃO E O CONTEXTO PARA O “DESENVOLVIMENTO” DO NORDESTE

Este terceiro período se inicia com um processo de contestação mundial que se sintetizou no ano de 1968. Para Wallerstein (1996), o ano de 1968 apresentou-se como o ano que ocorreu uma “revolução mundial”, com diferenciações locais, na discussão sobre a modernidade e sobre sistema de poder e econômico imposto no mundo, além da simbiose destes com o liberalismo. A repressão expandiu-se em todo o mundo nesse período, não diferente do que ocorre no Brasil. O que deu início³⁹ a uma fase mais firme, segundo Schwarz (1978), violenta e ainda mais autoritária do regime de exceção instalado no Brasil. Apesar disso, naquele momento, o liberalismo diminui como ideologia definidora das políticas.

Para o Nordeste, além do aumento da repressão feita pelo governo federal ocorreu uma grande seca no ano de 1970, o que levou o governo militar a direcionar populações para ações da construção da Transamazônica.

Sobre as instituições durante esse período, ocorreu a extinção da CVSF e em seu lugar a criação da Suvale (Superintendência do Vale do São Francisco) (BRASIL, 1967b), posteriormente, em 1974, essa deu lugar à Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) (BRASIL, 1974a).

Nesse período, o Banco do Nordeste enfrenta uma escassez diferente; “a escassez de fontes estáveis” (BNB, 2013). Apresentou-se um momento, pós-constituição de 1967, de falta de recursos para desdobrar o trabalho que concernia ao Banco. Por isso, o Banco adotou uma estratégia diferente para a captação de recursos, sendo criado: o FUNDECI (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), criação do próprio Banco; o FundUrbano (Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste), que ficou sob administração do Banco; passa a funcionar o Finor (BRASIL, 1974b), com um vínculo ao mercado de capitais e para transformação do setor secundário. Além disso, o Banco passou a realizar financiamentos paralelos: de um lado, na área semiárida; de outro, na área do massapê com o Proálcool (Programa Nacional do Álcool); fazendo a reconstrução da dualidade econômica e política entre Sertão e Litoral exposta por Palmeira (2006).

³⁹ Ver BRASIL (1968).

Essa estratégia escolhida pelo Banco do Nordeste está ligada à implantação de uma lógica empresarial na administração pública federal, em especial das empresas públicas estatais e o processo de descentralização buscado pelo governo militar. Segundo o trabalho de Abu-El-Haj (2005), essa lógica empresarial previa as reformas administrativas do Estado, a oferta de “condições equitativas do setor privado” (p. 45). Mas, segundo o autor, essa lógica estava alimentada pelo supercrescimento do número de empresas que levou a um controle defasado diante da estrutura pública ampla.

No plano nacional, a economia esteve em seu ápice com o PIB crescendo a taxas muito elevadas, o que se convencionou chamar de milagre econômico. Já no plano mundial⁴⁰ a economia sofreu com a suspensão dos acordos financeiros de Bretton Woods, que levou a um processo de desregulamentação do sistema monetário internacional e duas crises financeiras ligadas aos preços do petróleo, acontecimentos que auxiliaram a uma elevação das taxas de desemprego, que se apresentou, nos anos seguintes, como um problema sistêmico. Esses planos influenciaram o Nordeste de formas diferentes, já que o crescimento brasileiro propiciou o crescimento de investimentos à região enquanto as crises internacionais atrapalharam a própria economia brasileira que fazia uso dos “petrodólares” como fonte de financiamento.

Unido aos processos de desregulamentação monetária internacional, das crises do petróleo e a elevação do desemprego ocorre – também por conta desses fatores – uma mudança do quadro histórico na década de 1970, que, segundo Furtado (1998), constatou o limite do modelo de industrialização. Enquanto isso, o regime militar permaneceu com uma política e um projeto de industrialização (O GLOBO, 1971)⁴¹.

Prova disso, se vê o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) com seus investimentos públicos que dinamizaram a economia nordestina dentro de um contexto de crise econômica internacional de cunho financeiro. O crescimento econômico posterior do Nordeste foi patrocinado pelo Estado. Apesar disso, ocorreu, de acordo com Araújo (1997, p. 11-13), a manutenção de uma heterogeneidade econômica estéril, em termos de ganhos sociais necessários, constituindo uma

⁴⁰ Ver Chesnais (1998a).

⁴¹ Notícia publicada no Jornal *O Globo*, em 25 de outubro de 1971, intitulada *Indústria é fundamental para o Nordeste mas agricultura também será estimulada*.

integração regional produtiva, com um paradigma de inclusão em um contexto de exclusão.

Sobre as instituições, empresas públicas e o Banco do Nordeste, algumas interpretações são importantes para o entendimento do arcabouço compreensivo sobre as atuações dessas entidades no período do regime militar.

Para Caio Prado Júnior (1999), a economia no regime militar esteve vinculada ao atendimento de necessidades das elites e do mercado externo e à supervalorização da livre-empresa, tanto privada quanto pública, com a mercancia tomada no entendimento do “negócio” como fim último. Nesse entendimento Caio Prado Júnior (1999) observa o pilar da tecnocracia como construtora de um capitalismo burocrático, que de algum modo permanece ainda na concepção de empresa pública a exemplo do Banco do Nordeste, em que

A finalidade das empresas estatais entre nós, cada vez mais com exclusividade, vem a ser a mesma da empresa privada, isto é, o lucro financeiro, passando gradativamente para um segundo e apagado plano, e em seguida para o esquecimento, ou pelo menos acentuada subestimação, o objetivo que deveria ser o seu, o interesse geral, ou pelo menos o do sistema – capitalista bem entendido (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 254).

De outro lado, Bolivar Lamounier (1988) mantém a crítica sobre a ampliação da tecnocracia e a transformação da empresa pública e das instituições em bases burocratizantes. Para isso, evoca duas metáforas: a primeira do “buraco negro”, em que se vê a burocracia como um poder desmedidamente concentrador; e a segunda da “balcanização”, em que as instituições participaram da política nacional funcionando como um balcão de negócios. Tais metáforas ressurgem quando o autor defronta-se com “o crescente encantamento de interesses burocráticos no setor produtivo estatal” (LAMOUNIER, 1988, p. 126), o que não exclui os setores bancário, de crédito e de planejamento em que está inserido o Banco do Nordeste. Abu-El-Haj (2005) lembra, ainda, que o uso político das instituições públicas foi desastroso, uma vez que somou em um só momento repressões e contestações políticas com retrocessos e controles sociais, o que “debilitou o setor público, desgastou a infraestrutura, provocou um surto inflacionário e causou um recuo geral da economia e das contas públicas” (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 46).

Essas interpretações dão um aporte para o entendimento dos processos concernentes às políticas públicas institucionais dentro do regime militar, situando-as como: negócio em busca de lucro; concentrador de poder e atuando como o balcão para os mesmos negócios; e, por último, usadas politicamente pelo poder federal. Estas características podem ser observadas não só nesse período, mas hoje, também, através do Banco do Nordeste.

Sobre a integração regional, é fundamental a análise sobre o prognóstico de Celso Furtado (2007)⁴² acerca das desigualdades regionais que em sua manutenção e cristalização se mostrou, posteriormente, acertada no que tange a irresolução pelo tempo ou livre-mercado. Apesar deste diagnóstico, segundo Martins (2011, p. 86), o poder entendeu a “questão regional” ou a “Questão Nordeste” como descuido com a segurança nacional e como promotora do “esfacelamento da federação”.

Dentro desse contexto e do descuido com o diagnóstico da “Questão Nordeste”, se observa o crescimento dos privilégios e desigualdades entre as regiões e mantém um processo de descapitalização permanente do Nordeste em função do Centro-Sul (O GLOBO, 1974)⁴³. Sobre esse período para o Nordeste, Martins (2011, p. 87) inicia uma síntese quando observa que

Os destinos do Nordeste desde então foram bem documentados: a região industrializou-se complementarmente ao Centro-Sul, reforçando a integração econômica preexistente; demandaram-se mais tratores e máquinas do que empregos industriais; o setor terciário inchou com o inchaço das metrópoles regionais, cujas classes médias e altas se equipararam às do Centro-Sul; o semiárido nordestino tornou-se cada vez mais populoso e mais urbano: mais sede para as mesmas estiagens recorrentes.

Tânia Bacelar (1997) lembra que a questão fundiária no Nordeste, no período de 1960 e 1990, em especial durante o regime militar, agravou-se em um processo de ampliação da concentração fundiária, tendo no monopólio da cana-de-açúcar e na produção pastoril do gado dois gatilhos hegemônicos de agravamento da concentração de terras, da redução da produção alimentar (e por isso da segurança alimentar) e a intensificação da emigração rural. A autora ainda apresenta que no

⁴² A obra de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, usando-se da abordagem econômica estruturalista e cepalina, foi publicada pela primeira vez em 1956.

⁴³Notícia publicada no Jornal *O Globo*, em 10 de Abril de 1974, intitulada *A descapitalização do Nordeste pelo Centro-Sul*.

setor agropastoril do Nordeste, em especial no que tange ao semiárido, “a modernização foi conservadora, inclusive da estrutura fundiária”, em que a “base técnica modernizou-se, a questão fundiária agravou-se”⁴⁴ (ARAÚJO, 1997, p. 18).

Neste contexto o Banco do Nordeste tem duas comemorações importantes demarcadas: a primeira se refere a uma “maioridade” do Banco, quando chega aos seus 21 anos, bem documentada na fala de Hilberto Silva (1973) que teve o “propósito de avaliar a trajetória percorrida” (p. 3); a segunda é a chegada aos 25 anos de existência (O GLOBO, 1977), quando se recorda da convivência com a região Nordeste e comemora por ter se tornado o “maior Banco regional de desenvolvimento de toda a América Latina” (O GLOBO, 1977, p. 21). Em ambos os momentos o que é apresentado são os resultados de lucros, de alocações de crédito, vistos como instrumento de transformação. Apesar disso, nesse período, o Nordeste teve bons resultados econômicos, mas atrelados e condicionados ao crescimento do Sudeste.

Como chama a atenção Bresser Pereira (1997), diante desses diagnósticos sobre o Brasil, o Nordeste e as políticas públicas institucionais, além do contexto internacional de crise política e econômica e o esgotamento de significado das quatro interpretações desse período, esses fatores fizeram com que a legitimidade institucional do regime ficasse debilitada, o que se espelhou nas eleições de 1974.

A derrota eleitoral de 1974 fez com que o Governo Geisel lançasse o Pacote de Abril de 1977 com o seu conteúdo autoritário. Segundo Bresser Pereira (1997), se as eleições de 1974 assinalaram “o início da crise da coalizão autoritária” (p. 43), os atos de 1977 indignaram as elites que fundamentavam o pacto autoritário-burocrático. Este foi o primeiro passo para formação de uma coalizão de classes, formada por uma burguesia sem o medo do comunismo que se alia com a classe média democrática e os trabalhadores, que o autor chamou de “pacto democrático-populista de 1977”⁴⁵.

De um lado, nas palavras de Bresser Pereira (1997), seria “a consequência da decisão da classe empresarial de romper a aliança com a burocracia militar e

⁴⁴ “Em 1970 os estabelecimentos com menos de 100 hectares (94% do total) ocupavam quase 30% da área; em 1985, essa participação caiu para 28%. Ao mesmo tempo, aqueles com mais de mil hectares (0,4% do total) aumentaram sua participação na área total, passando de 27% em 1970 para 32% em 1985” (Araújo, 1997, p. 18).

⁴⁵ O autor referencia 1977 por conta das medidas feitas pelo governo Geisel na outorga do *Pacote de Abril* em 13 de abril de 1977.

estabelecer uma nova aliança com os setores democráticos da sociedade civil brasileira” (p. 44); de outro, ocorre a leitura de que a transição democrática seria um dispositivo consentido pelos militares, mesmo com uma sociedade demandando-a.

No período se amplia a caminhada à redemocratização, simbolizada pelo movimento das “Diretas Já” entre 1984-1985. É este pacto, como coalizão de classes, que comanda os processos. Segundo Bresser Pereira (1997), esses processos tinham as bases do pacto que consistia em três ideias-chave: democracia, manutenção do capitalismo e distribuição moderada de renda.

Faz, assim, que se constate a importância do Pacto, em especial com as resoluções ocorridas durante o processo de redemocratização. Para o Banco esse processo trouxe consigo uma virada da organização, e a democracia trouxe a estabilidade e a segurança administrativa e de fundos.

5. DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO PERÍODO ATUAL

5.1 O final da década de 1980 e a redemocratização

Com o retorno à democracia se inicia também um pensamento que vai de encontro à política de “desenvolvimento” do momento anterior, que se baseava na manutenção de um dinamismo econômico vinculado à uma estabilidade social. Ideologicamente se estimulava uma mobilidade social em que se queria, como observa Fernando Henrique Cardoso (1971), “manter socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada” (p. 102), baseada no dinamismo da empresa capitalista, fosse ela pública ou privada. Mas como tal, apresentou-se, sobremaneira, de forma a marginalizar e aprofundar as desigualdades e a exclusão social vigente em todas as regiões do país, com relevância exemplar dos estados da Região Nordeste.



Figura 3 - Apresentação imagética da associação do Banco do Nordeste ao plano federal durante o período democrático, na Exposição BNB 60 anos

Este pensamento se vincula ao problema de “reinterpretar o Brasil” após vinte e um anos de Regime Militar e diante do retorno das liberdades políticas. Apresenta-se, neste contexto, uma preocupação em consolidar a democracia e demonstrar a

viabilidade desse novo regime.⁴⁶ Na leitura de Fábio Wanderley Reis (1988), isso redundaria em uma busca por “encontrar as condições em que se assegurariam perspectivas favoráveis à democracia” (p. 13), e esta busca se resumiria no “problema das ‘condições sociais da democracia” (p. 13). Reis (1988) analisa que no Brasil se “priva, a rigor, mesmo dos direitos civis as parcelas substanciais da população brasileira, dotadas apenas de uma cidadania de segunda classe” (p.21), e que, apesar das conquistas obtidas nos anos que se seguiram, este problema continua atual, mas tinha uma relevância ainda maior nos idos da década de 1980.

Após a reinstalação dos processos e das instituições democráticas, o “pacto democrático-populista”, como pontuado por Bresser Pereira (1997), chega ao poder e momentaneamente propõe uma interpretação transitória e pragmática, entretanto fracassa na busca de retomar a modernização e as políticas de investimentos para o “desenvolvimento”. Esse fracasso vincula-se à permanência de uma moeda instável, ao crescimento econômico estagnado e à impossibilidade de distribuir renda. Somado a isso, se apresenta o contexto de dívida externa, explosão inflacionária e crise fiscal. Apesar desse fracasso no âmbito econômico e social, este pacto, em sua pluralidade, se cristaliza politicamente pela regulação da cidadania ocorrida na Constituição de 1988, em que se pode ver bem definidos os três pilares do próprio “pacto”: democracia, manutenção do capitalismo e uma busca pela distribuição de renda (BRESSER PEREIRA, 1997; BRASIL, 1988b).

Segundo Bresser Pereira (1997), surgem três interpretações sociopolítico-econômicas sobre o Brasil e as políticas públicas ainda vigentes na atualidade, com sua apresentação feita no sentido político esquerda – direita, em que a social-desenvolvimentista se vincula a uma proposta de esquerda, a neoliberal à direita e a social-liberal com diretrizes centristas. Nenhuma delas se mostrou hegemônica durante esse momento democrático apesar de, ora uma ora outra, ter significado as diretrizes seguidas pelos governos democráticos posteriores.

Mesmo com o fracasso do citado “pacto democrático-populista”, a interpretação que pautou a política administrativa do primeiro momento das instituições democráticas da nova república foi a social-desenvolvimentista, que sob o fundamento – baseado nos princípios de universalidade, integralidade,

⁴⁶Ver Reis (1988) e Abu-El-Haj (2005).

descentralização e controle social – da Constituição (“cidadã”) de 1988⁴⁷, buscou construir um “desenvolvimento” econômico com justiça e sustentabilidade social. Para Bresser Pereira (1997, p. 47),

A interpretação social-desenvolvimentista é, assim, uma retomada do nacional-desenvolvimentismo, com a diferença de que, agora, com a restauração da democracia, e dada à grande denúncia realizada pelos democratas sobre a concentração de renda, aprofundada no regime militar, o aspecto social passava a ser fundamental.

Neste contexto, o BNDE ganha o “S” em sua sigla. Nomeado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, inaugura a Área Social no referido banco, o que seria copiado nos anos seguintes pelos bancos de desenvolvimento estaduais e regionais⁴⁸ de então (BNDES, 2002).

A partir das consequências providas e postas pelos controles impingidos sobre o setor bancário das décadas anteriores, o Banco do Nordeste é inserido neste contexto, assim como os demais bancos públicos, em decorrência da criação da SEST (Secretaria de Controle das Estatais) em 1979. Esta tinha como objetivo controlar todo o ciclo administrativo, seguido de outros disciplinamentos sobre estatais durante a década de 1980 (ver BRASIL, 1983). Segundo Santos e Góis (2012, p. 414 - 416), a partir disso, a empresa estatal perde a vantagem sobre a iniciativa privada naquele momento (no que concerne benefícios à pessoa física do funcionalismo estatal). Ao mesmo tempo a empresa estatal perde o principal estímulo ao recrutamento de novos quadros. Os autores ainda levantam a possibilidade de “que tenha começado aí o que os funcionários de bancos estatais passaram a chamar de ‘bradescalização’ do setor” (p. 415)⁴⁹. A segunda, a partir da Resolução nº1.524, de 21 de setembro de 1988 do BC (Banco Central) (BRASIL, 1988a), que objetivava, segundo Santos e Góis (2012), “aumentar a competitividade no setor bancário” (p. 417) para ampliar a liquidez do mercado econômico brasileiro, decorrendo um fortalecimento dos bancos privados durante os finais da década de

⁴⁷Sobre o emprego do texto constitucional, Weffort (1978) lembra que “Todos sabem, os políticos e o povo, que as normas firmadas na Constituição só adquirem validade em função dos conteúdos particulares que assumem em cada caso, em função dos interesses materiais que coincidem com elas em circunstâncias determinadas” (p.23).

⁴⁸ Caso que se refere ao Banco do Nordeste no caso da região Nordeste.

⁴⁹ O que fica mais evidente anos depois, no que tange ao Estado do Ceará, quando o banco público estadual, o Banco do Estado do Ceará (BEC), foi privatizado/comprado pelo Bradesco.

1980. Tais mudanças no setor bancário fizeram com que o Banco do Nordeste, à época, cogitasse o corte de pessoal, mas, como foi dito anteriormente, a situação política de momentânea hegemonia do social-desenvolvimentismo não permitiu que isso acontecesse e respaldou a instituição do Banco.

Segundo Oliveira e Vianna (2010), com a redemocratização, a partir do ano de 1985⁵⁰, o Banco do Nordeste mudou sua estratégia e suas prioridades na tentativa de englobar um enorme contingente populacional deixado à margem do processo de crescimento econômico nacional do momento anterior. Ao mesmo tempo o Banco voltou-se para a tradição de blindar-se com cargos técnicos e pôs em sua presidência Mauro Benevides - um técnico com aporte político.

Durante esse primeiro instante, o Banco do Nordeste firmou estabilidades primeiramente no campo político e, a partir da regulamentação do art. 159 da Constituição de 1988, passou a ser administrador de um dos “fundos constitucionais de desenvolvimento” (BRASIL, 1988b; 1989). Desde então, ocorreu na instituição uma estabilidade de fundos⁵¹. O Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) passou a fazer parte do aporte de capital do Banco com o envio de 1,8% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializado (IPI), funcionando no apoio ao setor produtivo da região Nordeste e na tentativa de diminuir desigualdades regionais.

A interpretação social-desenvolvimentista esteve presente durante o governo Sarney, e o fracasso contextual dela fez com que fosse deixada de lado. Somado a isso, se observa o ano de 1989 com o momento paradigmático da queda do muro de Berlim e posteriormente da desarticulação do mundo socialista, centrado na União Soviética - potência militar e econômica. Conseqüentemente, ocorreu o desaparecimento ideológico do segundo mundo preconizado por Harry Truman.

Segundo Bresser Pereira (1997), esse momento retira da interpretação a legitimidade por um lado, pelo fracasso administrativo no governo federal e, por outro, pelo vazio momentâneo da esquerda gerado pelo fim da experiência do socialismo real.

⁵⁰Ver O Globo (1985), que se refere à reportagem do *Jornal O Globo*, de 17 de dezembro de 1985, intitulada *Banco do Nordeste muda de estilo para crescer*.

⁵¹Estas estabilidades são importantes para notar o esvaziamento anterior nos campos político, de recursos e na sua atuação durante o governo Militar. (O GLOBO, 1985). Assim com apresentam Oliveira e Vianna (2010, p. 147).

Sobre esse contexto internacional, Wallerstein (1996, p. 23) sugere que o ano de 1989 e a queda do muro de Berlim, sucessivamente o simbólico colapso do socialismo real e a passagem deste para o capitalismo, seriam uma continuação de 1968 e que juntamente com o colapso do socialismo teria havido também o colapso do liberalismo e do seu modo de pensar o “desenvolvimento”, em especial entre 1945 e 1970.

O colapso do socialismo real acarretou dois movimentos distintos e complementares: o primeiro foi, como dito anteriormente, o desaparecimento do “segundo mundo”, dos países socialistas desenvolvidos, fez com o termo “desenvolvimento”, como apresenta Rist (2002), se esvaziasse do significado de combate ideológico e por isso as instituições supranacionais (especialmente FMI e BIRD) passam a substituir os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” por crescimento econômico e empreendedorismo para o primeiro e pobreza para o segundo. Esta mudança de termos encerra em si a ideia que Marulanda (1995) sintetiza ao afirmar que

El lucha contra la pobreza requiere necesariamente la existencia de un crecimiento económico con creación de empleos y políticas sociales específicas, complementarias de las económicas, que generen capacidades y abran oportunidades para que los sectores pobres se inserten productivamente en el proceso de desarrollo (p. 9).

Permanecendo, ainda, a dualidade da leitura econômica estruturalista do desenvolvimento/subdesenvolvimento nos termos empreendedorismo/pobreza.

O segundo movimento se relaciona ao que Wallerstein (1996) observa no momento posterior ao colapso do comunismo, quando o discurso mais radical ou de esquerda deixa de ter vitalidade e se revitaliza o discurso do “livre mercado”⁵² ou, como aponta Ruben (1995) em seu estudo sobre empresários no começo da década de 1990:

Contextualmente, o crescimento quantitativo e qualitativo de processos transnacionais se produz simultaneamente ao desaparecimento do socialismo real, embora as relações entre esses dois processos contemporâneos não tenham ultrapassado ainda o simples status da constatação empírica.

⁵² Da mesma forma com que Mészáros (2000) entende que neste momento ocorre a crescente crença nas virtudes de uma idealizada “sociedade de mercado”.

Assim, se desconstrói a disputa ideológica e civilizatória⁵³ prefigurada nos complexos capitalista e socialista, pela incapacidade contextual de ambos e a derrota, naquele momento, do segundo. Essa desconstrução abre precedente para a emergência de um novo paradigma civilizatório, tanto no Brasil quanto no Mundo, ligado ao capitalismo e ao livre mercado: este seria a teoria neoliberal.

O insucesso administrativo desse primeiro momento do sistema democrático brasileiro tem como múltiplas causas o fracasso do pacto democrático-populista de 1977 e da interpretação preponderante nesses primeiros anos, somados aos frutos da Grande Crise da década de 1980.

No plano internacional – em maior âmbito e por estar ligada ideologicamente à interpretação social-desenvolvimentista – com a queda do mundo socialista, deu-se a compreensão de que a Grande Crise está fundada na crise do Estado. Para Bresser Pereira (1997) esta crise do Estado se apresenta nas crises dos Estados comunistas do leste europeu, dos de Bem-Estar (Welfare-state) e dos desenvolvimentistas dos países em “desenvolvimento”. Além disso, se vincula às práticas de intervenção e de burocratização (tecnocratização) destes Estados. Estes dentre os quais o primeiro, como dito, colapsa; o segundo é desmantelado; e o terceiro, interessadamente, é remodelado, no processo posterior, pela crença no mercado (BRESSER PEREIRA, 1997).

Este processo posterior é apresentado pelo pensamento conservador e pela interpretação neoliberal. Neoliberalismo que buscou, e como se verá adiante, ainda busca, reificar o mercado e propor o Estado mínimo, nas palavras de Marilena Chauí (2013), por meio do “encolhimento do espaço público dos direitos e a ampliação do espaço dos interesses de mercado” (p. 124). Além de apropriar-se ideologicamente do processo que se intensificou entre as décadas de 1980 e 1990: a globalização ou mundialização ou transnacionalização⁵⁴.

⁵³Ver Ferreira Júnior (1998) e Mészáros (2000).

⁵⁴Cardoso (1995), Bresser Pereira (1997), Franco (1998), Furtado (1998), Ferreira Júnior (1998), Mészáros (2000), Held e McGrew (2001), Salama (2002), Moraes (2004), Oliveira (2007), Paulo Freire (ROMÃO, 2008a) preferem o termo globalização; Chesnais (1996, 1998a, 1998b, 2001, 2007) e Alves (2013) preferem o termo mundialização; Ribeiro (2008) e Chauí (2013) usam o termo transnacionalização. Já Ruben (1995) dialoga com os termos globalização e transnacionalização, enquanto Rist (2002), por outro lado, debate com todos esses termos ao investigar o “desenvolvimento”.

Após a convivência brasileira com três décadas de um regime autoritário e baseado em um conservadorismo reacionário e no dinamismo da empresa capitalista, a década de 1990 se apontava para a consolidação das instituições democráticas, em valor e fato. Mas a aterrissagem dos chamados “Chicago Boys”⁵⁵ ou do neoliberalismo, que viria a contestar esta inspiração e reafirmar um padrão conservador, reacionário e, principalmente, autoritário na formulação das políticas públicas pelo Estado brasileiro, a partir do momento que, pelo que observa Chauí (2013), “o discurso político foi suplantado pelo técnico-econômico.” (p. 126) .

O contexto neoliberal proporcionou - durante os governos Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar (1992- 1994) com seus planos econômicos (Verão, de 1989; Collor, 1990; Collor 2, 1991; e, por último, que trataremos a parte, o Real, de 1994) - a ocorrência, segundo publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará (SEEB/CE, 2013a), primeiras privatizações, demissões e retirada de comissões no serviço público, arrocho salarial e na área de bancos públicos a ocorrência de fechamento de agências. São os primeiros passos do ajuste estrutural, como observa Carvalho (2010), a que os governos democráticos fizeram para a inserção do Brasil no processo de mundialização, mas a forma passiva com que foram dados estes passos tornou o Estado brasileiro impotente para responder as suas graves consequências sociais.

Por não ter agido em primeiro plano em nenhum setor específico, o Plano Real foi, contraditoriamente, ainda mais paradigmático neste viés; por outro lado, preparou os campos de reestruturação, como o dos bancos públicos, e de reforma, com a concepção de administração pública que passaria a ser denominada, segundo Abu-El-Haj (2005, p. 48), gerencial. Santos e Góis (2012) observam sobre o plano Real que, se de um lado se apresenta uma estabilização do valor monetário da moeda circulante, de outro lado se pode notar que a base de manutenção dessa estabilidade anti-inflacionária está em dois pilares, a saber: a taxa de juros, quase sempre elevada, e a manutenção do câmbio artificialmente valorizado no período inicial e, posteriormente, o uso do câmbio flutuante e flexível, que promoveu uma instabilidade monetária.

⁵⁵Bourdieu vê nas figuras dos jovens economistas da Universidade de Chicago a personificação das “pessoas que venderam um modelo econômico neoliberal radical” (Bourdieu, 2002, p. 23).

O Plano Real passou a servir não só para a estabilização monetária interna, mas principalmente para os planos de inserção⁵⁶ no processo de mundialização, como com a ampliação da variabilidade do câmbio. Isso porque, como afirma Chesnais (1998), a mundialização “fez do mercado de câmbio o primeiro compartimento a entrar na mundialização financeira contemporânea” (p. 25). Ocorrendo não muito diferente no Brasil, que, posteriormente, passou, segundo Abu-El-Haj (2005), a liberalizar e desregular a esfera econômica, com privatizações, equilíbrio fiscal a partir de corte de despesas e abertura da economia ao capital e aos produtos do mercado internacional⁵⁷.

Durante esse período o Banco do Nordeste (entre 1989 a 1994/1995) passou a refletir a estabilidade política dada pelo sistema político democrático. A partir do campo político ocorreu, também, uma solidez administrativa gradativamente maior, com a presidência assumida nesse período por José Pereira e Silva (entre 1986-1990), Jorge Lins Freire (entre 1990-1992) e João Alves de Melo (entre 1992-1995). Em todas as administrações se nota uma vinculação profunda com a política econômica do governo federal, principalmente por conta dos determinantes e planos destes governos.

5.2 Fernando Henrique Cardoso e Byron Queiroz: o Banco do Nordeste na década de 1990

O Plano Real impulsionou o processo eleitoral nacional de 1994. Nele se contrapunha a interpretação social-desenvolvimentista, na figura do PT (Partido dos Trabalhadores), à interpretação neoliberal amalgamada com a interpretação que seria hegemônica a partir de então até o momento atual, na figura contraditória da aliança entre PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PFL (Partido da Frente Liberal, atual Democratas). Segundo Bresser Pereira (1997), a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) inaugura o fortalecimento da interpretação socioliberal que propunha

uma alternativa pragmática em que a afirmação social-democrática dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e a um sistema previdenciário básico garantido pelo Estado se soma a afirmação liberal na crença no mercado e na competição (p. 57).

⁵⁶Como pontua Franco (1998).

⁵⁷Como os processos examinados por Rodrigues (2004), do Programa de Demissão Voluntária (PDV) o Banco do Brasil, e Gussi (2004), da privatização do Banespa (Banco do Estado de São Paulo).

É, portanto, segundo Bresser Pereira (1997), social por apontar claramente onde se situa o Estado nessa área, atuando na afirmação dos direitos sociais e, de forma minorada, na promoção do “desenvolvimento” econômico; e liberal por tomar o Estado como regulador e ponto médio do ajuste aos ditames econômicos internacionais, ao mesmo tempo por colocar o mercado como central.

Talvez por ser intelectual orgânico da última interpretação ou por sua publicação estar inserida em um contexto político favorável a esta, Bresser Pereira (1997) não apresenta a interpretação nem pontua que a socialdemocracia, como partido e como interpretação de Brasil, deu a si mesma, como tarefa, o estabelecimento do neoliberalismo e procurou naturalizá-lo. Esta prática descaracterizou as pretensões socialdemocratas, tornando-as antífrases para aqueles que defendiam a interpretação da socialdemocracia no Brasil, corporificado pelo PSDB.

Os processos de sucessão presidencial (entre os anos de 1994/1995) e os advindos do plano Real gestou, também, uma reorientação dos pontos de ação do Banco do Nordeste. Esta, que iniciou sua implantação durante a sucessão entre as gestões de João Alves Melo e Byron Queiroz, pavimentou e foi prelúdio do que se apresentou na gestão que sucedeu. Isso porque, como analisam Santos e Góis (2012, p. 494),

dentro da filosofia de reorientação e reestruturação das agências do Banco, procurou-se disseminar por toda a organização os objetivos orientadores de uma nova política de atuação, que, entre outros pontos, privilegiava a focalização da ação no cumprimento de sua missão, aumento da capacidade operacional, busca de eficiência econômico-financeira e melhoria administrativa mediante à incorporação dos preceitos da qualidade e maior satisfação dos clientes (p. 494).

Juntamente com as mudanças ao público, houve, também, modificações organizacionais, tais como a supressão da prorrogação de expediente, o que reduziu a jornada de trabalho – no que tange às horas extras – e que acarretou o encolhimento de 30% dos gastos com pessoal por parte do Banco naquele momento⁵⁸.

⁵⁸ Ver Santos e Góis, 2012, p. 494.

FHC assume o governo e com ele chega à presidência do Banco do Nordeste, Byron Queiroz. Seu nome foi indicado pelo então governador do PSDB no estado do Ceará, Tasso Jereissati, principalmente por sua participação nos governos estaduais de Tasso Jereissati (1987-1991) e Ciro Gomes (durante o ano de 1991). Apesar disso, nas palavras de Santos e Góis (2012), “era um homem de Mercado, mais do que de Governo” (p. 451), já que foi o primeiro a assumir o cargo sendo oriundo do setor privado e tendo carregado junto de si os modelos e estilos de trabalho desse setor.

Neste momento no âmbito federal se observa uma busca pela inserção internacional mundializante e, ao mesmo tempo, no campo internacional se vê países (ou mercados, nos termos do processo neoliberal), adiantados nesse processo, sofrerem as desestabilizações consequentes da “mundialização financeira”, como conceitua Chesnais (1998a; 1998b; 2001). O primeiro a sucumbir foi o México entre os anos de 1994 e 1995. Nos anos seguintes ocorreram sucessivas crises na Ásia (1997-98) – atingindo diretamente ou por “efeito dominó” países como Tailândia, Indonésia, Malásia, Birmânia, Filipinas, Cingapura, Hong Kong, Taiwan, Coréia, Japão e China – e na Rússia (1998).

Ainda sobre este primeiro governo FHC ocorreu, como apresenta Abu-El-Haj (2005, p. 49), a “segunda fase” das privatizações no contexto brasileiro, desenvolvida entre 1995-1999, com foco em transferir ao controle privado setores de utilidades públicas e bancos públicos. Esta foi a consequência direta da articulação entre o neoliberalismo (ou de um governo socialdemocrata neoliberal) e da instalação da reforma do Estado neste contexto, como dito gerencial, que enfocou a flexibilidade em detrimento da estabilidade. Tal reforma gerencial previu a constituição, nas palavras de Abu-El-Haj (2005), de uma “estrutura administrativa voltada exclusivamente para a obtenção de resultados” e que “se aproxima da lógica da empresa privada” (p. 49), tendo o Estado, no entendimento de FHC (CARDOSO, 1995), como “ator fundamental, mas seu papel muda. [...] um paradoxo: até porque terá de escolher, tendo menos instrumentos a sua disposição, as ações do Estado tornam-se mais relevantes socialmente.” (p 152). Esse processo é documentado durante a gestão de Byron Queiroz, que é seminalmente ligado a esta gestão do governo federal.

Por todo o exposto a gestão Byron Queiroz se pautou – contextual, política e ideologicamente – pela aplicação de uma programa de matriz alienígena ao Banco e coordenada a partir do plano federal, a tal ponto que Santos e Góis (2012) expõem que, “não era muito diferente o que ocorreria no BNB do que aconteceria no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, por exemplo, ao longo de toda a gestão de FHC” (p. 497)⁵⁹. Sob a ideia de execução da “filosofia gerencial” e do discurso da reengenharia se estruturou o complexo de mudanças no Banco. Estas ocorreram nos vieses do corte de custos, demissão de pessoal e elevação da produtividade (ampliação do produto) bancária. Para tanto se observam três práticas sintetizadoras desse momento: (1) cobrança pelos resultados; (2) uma “reinvenção” do modo de trabalho do Banco do Nordeste, a partir de avaliações “em tempo real” ou diárias e pela elaboração, cumprimento e avaliação de metas; e (3) dentro da necessidade, lógica e mobilização (para a sensibilização) para a mudança, a prática/discurso de uma “administração compartilhada”, como examinado por Oliveria e Vianna (2010) e por Santos e Góis (2012).⁶⁰

Segundo Santos e Góis (2012) e Oliveira e Vianna (2010), estas mudanças tinham, três focos estratégicos no Banco do Nordeste: (1) nas ações dos clientes, especialmente, como agente produtivo; (2) assegurar a autossustentabilidade, visando à competitividade e a rentabilidade; e (3) ampliação e aprimoramento das relações sociopolíticas e institucionais, no planejamento uma busca tanto horizontal quanto vertical no escopo da sua clientela. Surge desse conjunto estratégico alguns instrumentos, frutos do ensejo neoliberal, e destes destacam-se o Prodetur/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), o Programa Agentes de Desenvolvimento e o Crediamigo. Todos sob uma reiterada perspectiva de propor um banco competitivo, rentável e, por isso, na busca pela ampliação de mercados envolvendo públicos antes não alcançados.

Antes de seguir elaborando sobre os instrumentos citados acima convém destacar o interregno que os envolveu em termos de institucionalidades federais. Isso porque, durante o ano de 1996, Gustavo Franco (1998), que viria a ser o presidente do BC no segundo governo FHC, lançou as bases da concepção de

⁵⁹Sobre as mudanças, ocorridas neste período, no Banco do Brasil é dado ver o trabalho aprofundado de Rodrigues (2004) acerca da instituição e das práticas no processo de mudança.

⁶⁰ Santos e Góis (2012) apresentam um quadro mais completo sobre este contexto nas páginas 497-499 e entre a 504-505. Assim, como Oliveira e Vianna (2010) durante o capítulo 7, de sua publicação, intitulado *A ação econômica do BNB e a mudança estrutural da Economia Nordestina*.

“desenvolvimento” do governo FHC. Nestas se destacam a importância da política cambial e da balança de pagamentos, e coloca como ferramentas a produtividade e, como já citada, a abertura econômica. As sustentações de seus argumentos estão relacionadas aos resultados econômicos da década de 1980, por isso toma a abertura econômica como um novo modelo de “desenvolvimento” e propulsora de um “salto” neste campo, e a produtividade como indicador do nível de competitividade. Franco (1998) ainda relaciona a pobreza à baixa produtividade, equação que, para ele, reforça e faz permanecer o quadro de desigualdade; porém, por outro lado, ressalta que as “prioridades deslocam-se dos instrumentos (programas, despesas) para os objetivos finais (os indicadores sociais e econômicos).” (p. 143) e, portanto, a eficácia das ações do Estado é que baseariam o “desenvolvimento”.

A ideia vigente, então, era a de “desenvolvimento sustentável”. Esta é vinculada ao combate à pobreza e é sustentada, segundo Rist (2002), sobre a velha “teoría del comercio internacional como ‘motor del crecimiento’ y del crecimiento como condición para um reparto más equitativo de las riquezas” (p. 215). A concepção de “desenvolvimento” de Franco, portanto, está relacionada a uma visão mais “global”. Sobre esta interação, Carcanholo (2000) entende que houve uma absorção e uma tradução do Consenso de Washington pelo plano do governo FHC, *adaptando-se*⁶¹ à abrangência das dez áreas previstas pelo consenso⁶².

Para retomar os instrumentos do Banco do Nordeste – frutos do processo de mudanças neoliberais na instituição –, destacados anteriormente, é importante ressaltar a sua importância estratégica para o Banco. Primeiramente, o Prodetur/NE⁶³ se vinculou, desde o início, a promover, incentivar, ensejar e financiar a transformação da, como situa Lima, Monte e Militão (2012), “maior costa litorânea” do Brasil – em comparação com as demais regiões –, “com 3.338 km de praias” (p. 18), em uma indústria turística performada pelos serviços. Tal Programa se vinculou a execução no Nordeste de uma política planejada e projetada no âmbito federal.

⁶¹ Palavra cara e significativa à ideologia da flexibilização, como coloca Chesnais (1998a), carregada desta ideologia.

⁶² Sobre a abrangência do Consenso de Washington, Carcanholo (2000) cita que: “As recomendações feitas abrangem dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, *liberalização financeira*, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.” (p. 25).

⁶³ Mais profundamente pesquisado por Rodrigues (2010) e se pode observar na entrevista do ex-presidente do Banco do Nordeste Roberto Smith (2007) sobre este programa.

Já o Programa Agentes de Desenvolvimento, por outro lado, foi um programa, criado em 1996, que previa garantir uma maior capilaridade, a baixo custo, a partir da presença de profissionais do Banco, como expõem Santos e Góis (2012), “em toda a sua área e atuação potencializando e otimizando ações junto aos seus mercados, numa visão de desenvolvimento integrado e sustentável” (p. 510) e que Chaves (2010) reitera que a capilaridade pretendida seria suporte à capacitação técnica e gerencial e expansão de negócios para o Banco enquanto uma busca pela conciliação entre os dois paradigmas correntes no banco, a saber: de econômico e do “desenvolvimento”. Este programa teve, assim, a diretriz de aproveitar as capacidades endógenas das localidades a partir de um aporte social da atuação do Banco. Com atividade ratificada no ano seguinte quando, como evidenciam Oliveira e Vianna (2010), “em 1997, o uso do zoneamento, que vinha sendo utilizado desde 1991, foi substituído pelo critério de ‘mercado alvo’.” (p. 159), assim como os mesmos autores (Oliveira e Vianna, 2010, p. 250) apresentam que a implantação da lógica neoliberal no setor público fez com que as demandas a este fossem tomadas a partir da localidade ou do espaço local, já que a “eficácia” das políticas e programas deveria ser dada por um Estado que funciona na peculiaridade, setorialmente e, no que concerne a região Nordeste, de forma diferenciada.

Finalmente, o Programa Crediamigo, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, que já foi examinado exaustivamente alhures, o qual compõe um debate amplo⁶⁴. É fruto da ação pioneira de um banco público do Brasil, o qual apoiado pelo Governo Federal e por parceiros internacionais. Abrange toda a área de atuação do Banco (Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, além de Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), contando, hoje, com quase 1.800.000 clientes ativos. Uma de suas características básicas é a garantia relacionada ao aval solidário para os empréstimos, com valores que variam de R\$ 100,00 a R\$ 6.000,00, de acordo com a necessidade e o porte. Destes, cerca de 1.800.000 clientes ativos, aproximadamente 1/3, residem no Estado do Ceará, estado em que o Programa foi lançado. Dados relevantes para a compreensão da atuação do Crediamigo encontram-se na preferência do Programa pelos clientes que

⁶⁴ Nas produções de: Costa (2001); Neri e Giovanni (2005); Neri e Barboza (2006); Lopes (2007); Bandeira (2008); Gussi (2008; 2009); Monzoni (2008, p. 64-65); Neri (2008); Teixeira (2008); Garcia (2010); R. J. F. Silva (2010); C.M.F. Silva (2011); Souza (2011); Gussi, Santos Filho e Almeida (2012); Thé e Pereira (2012); Lagneu-Ymonet e Mader (2013); Thé (2013); Gussi, Pereira e Thé (2014).

tem menor possibilidade de inclusão no sistema bancário. Portanto, cerca 66% do total de clientes ingressam no nível de subsistência (BNB, 2013) ou na condição de *survivor*⁶⁵ (autoempregado, por falta de alternativa) (SANTOS, 2007), demonstrando a que atuação do Programa se situa na faixa da base da pirâmide social, voltado especialmente ao gênero feminino que absorve 65% das aplicações de crédito.

A ideia deste Programa de microcrédito – como de outros no mesmo viés – surge, nas palavras de Raczynski (1995), da “hipótesis que ha surgido em varios países plantea la ‘feminización’ de la pobreza em el ámbito urbano.” (p. 14), torna-se compreensível os encaminhamentos citados para o gênero feminino. Da mesma forma a autora (Raczynski, 1995, p. 38) identifica que a focalização é necessária a este tipo de programa, que se dedica a gerar oportunidades a setores excluídos, para que haja a superação dos quadros de pobreza e vulnerabilidade.

Fica evidente na construção das políticas de crédito do Banco do Nordeste que apesar de haver um trabalho e uma preocupação na área do estímulo ao crescimento da renda, há, também, um interesse em construir outros determinantes para saída da pobreza ou, como entende Sen (2010), o crédito funcionaria como gerador de capacidades que impulsionariam a saída da pobreza. Mas este é um lado da construção de políticas para a base da pirâmide social no Banco, outro lado evidencia uma lógica perversa de manutenção de capital bancário, de adensamento de contas ativas e a transformação, em áreas de renda média baixa, de capital social prévio (amizades, compadrio, vizinhança, etc) em colateral e em círculo de influência, nos quais a operacionalização do crédito trabalha.

O Crediamigo, programa em funcionamento desde 1998 – tendo sido lançado seu projeto-piloto em 1997 -, atua há mais de quinze anos no Banco do Nordeste (próximo a 1/4 da história da entidade) categoricamente como estratégia para o “desenvolvimento” e como resposta ao que, como apresentou Gilberto Dimenstein (1997)⁶⁶, FHC chamou de trabalhadores “inempregáveis”⁶⁷. Esta é uma solução, portanto, que passa por uma diretriz, um discurso e uma prática extremamente liberais e centralmente vinculados ao mercado e, nas palavras de Oliveira e Vianna (2010, p. 252), uma forma de intermediação financeira. O Banco do Nordeste coloca

⁶⁵ Para o *self-employed* (autoempregado), a que se referem Santos e Nitsch (2001), o microcrédito cumpriria uma tarefa social, como instrumento, de forma indireta, de combate à pobreza, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento econômico.

⁶⁶Matéria publica no Jornal *Folha de São Paulo*, em 9 de abril de 1997, intitulada *Os “inempregáveis”*.

⁶⁷ Ver também Zouain e Barone (2007).

esta estratégia administrada e regida por uma lógica neoliberal do mercado e em profunda conexão aos nexos da financeirização. Assim, se observa uma estratégia que leva ao *endividamento* de pessoas empobrecidas, fragilizadas em um quadro de vulnerabilidade e dissociadas das estruturas de poder.

Rist (2002) entende, políticas como a do microcrédito, como amoldamento dos pobres, já que ocorrem na forma de “obrigar a los pobres a ser útiles a fin de merecer los socorros que la sociedad les otorga” (p. 286). Somada a uma instigação ao enriquecimento, nas palavras de Rist (2002), fruem exatamente no que vem encerrar a ideia de “empreendedor”. É sob esta ótica que os clientes do Banco passam a empreender e não sob a ótica shumpeteriana de inovação. Por outro lado, esta estratégia se veicula a partir de um discurso do *empreendedorismo*, aqui dentro do entendimento shumpeteriano (SHUMPETER, 1997), de que o sujeito (empreendedor), nesta lógica, antes de ser empreendedor deve ser devedor. Fundamentos, portanto, em oposição à visão defendida por Furtado (1997; 1998; 2007) de autonomia e de autoafirmação regional e dos sujeitos. Assim, a posição de “empreendedor” não conota, na gestão do Banco, uma autonomia ou autoafirmação, antes se apresenta como uma posição de devedor e, portanto, de dependência.

O microcrédito, dessa forma, reifica as reconfigurações do processo neoliberal e congrega uma manutenção do quadro ou, mais profundamente, significa antes uma estratégia que aprofunda as condições econômico-sociais que se apresentam em detrimento a um processo de autonomia e de democratização de condições.

Neste viés fica patente que os programas para a base da pirâmide social construídos pelo Banco do Nordeste retomam os debates⁶⁸ - que aconteceram durante a década de 1970, ensejado pelo BM e reafirmado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - sobre as “necessidades” fundamentais e as possibilidades de incluir (ou ao menos integrar) progressivamente os pobres ao sistema econômico, que deram luz e substância a projetos e concepções de “desenvolvimento” destinados a chegar a base da pirâmide social, a partir de uma reificação do sistema vigente ou, como entende Gonçalves (2009), que “a mesma economia que cria os excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de (re)incluirlos, não na economia, mas no tecido social, acrescentando eu, por meio de políticas

⁶⁸ Ver Rist (2002, p. 189-192).

públicas de caráter social institucionalizadas pelo Estado” (p. 246). Exemplos disso, no Banco do Nordeste, provêm das referências de dois autores de nações advindas da descolonização da Índia: o mais aparente vem da metodologia⁶⁹ formulada durante a década dos debates, sobre as necessidades fundamentais, pelo economista de Bangladesh, Muhammad Yunus (2008), e aplicada aos programas de microcrédito dessa entidade; o outro vem da concepção de liberdade advinda do “desenvolvimento” empregada nos programas do Banco para a base da pirâmide, pensamento vinculado ao economista indiano Amartya Sen (2010). Além de retomar, também, as soluções, apresentadas por Santiago (2001), da Conferência de Hannover (1993) sobre a falta de crédito ao público de baixa renda e aos trabalhadores informais, que se encaminham a prescrever o microcrédito para segmentos “bancarizáveis” desta população.

De outro lado, o Crediamigo se apresentou como programa exemplar, segundo Teixeira (2008), do processo de afirmação e de institucionalização de um modelo de *downscaling*⁷⁰. Para um melhor entendimento, o Banco, anteriormente, se caracterizou como especializado em crédito de longo prazo, em especial para a área rural e industrial, e durante a década de 1990 progrediu em uma redução de escala de crédito para programas de microcrédito. Para que seja feita a compreensão da importância desse processo na cultura da instituição, faz-se preciso recorrer ao ensejo etnográfico que evoca os traços desta redução de escala (*downscaling*), qual seja: a apresentação da trajetória⁷¹ de uma funcionária do Banco, construída a partir de entrevistas.

A citada funcionária, C. G., tem 52 anos e dedica-se há mais de 31 anos ao Banco do Nordeste. Atuou, neste período, nas áreas rural e industrial do Banco - este com aportes financeiros elevados para um número estrito de clientes - além de ter trabalhado em agências com atendimento do público. A partir da década de 2000 voltou-se para a nascente área de microcrédito, observando na experiência de microcrédito do Banco, nos primeiros anos de operacionalização do Crediamigo, uma forma de mudar o foco dentro da instituição. Atualmente, atua na gerência de

⁶⁹ Ver Yunus (2008) e Spiegel (2010).

⁷⁰ Modelo pelo qual instituições financeiras que criam uma unidade de negócios especializados em atender microempreendedores, a partir da experiência adquirida passam a atender clientes cada vez menores.

⁷¹ Sobre a abordagem das trajetórias vide Becker (1994), Kofes (1994; 2001), Bourdieu (1996) e Gussi (2008).

microfinanças em uma agência no interior cearense. Pontuando esses momentos, de crédito de longo prazo e da passagem ao microcrédito, da seguinte forma, respectivamente:

“Eu já cheguei a datilografar cédulas de crédito rural em seis vias com carbono.” (C.G.)

“antes do Crediamigo a gente sempre trabalhou com grandes projetos, projetos modulados, projetos maiores de agroindústria, de indústria, projetos que para implantar envolvia milhões em uma única operação, envolvia anos para completar, encerrar planejamentos, envolvia várias licenças ambientais; mas, de repente, eu senti uma necessidade de trabalhar com o pequeno, com o da base da pirâmide, aquela pessoa sem assistência, entender aquela problemática da mulher com os filhos, muitas vezes só, para criar sem renda” (C.G.).

Nesse sentido, ela transferiu-se, então, para o Setor de Gestão de Desenvolvimento, onde se elaboram os programas de microcrédito do Banco do Nordeste (Crediamigo e Agroamigo) e, hoje, ela atua como gerente de microfinanças em uma agência no interior do estado do Ceará. Atuação que a levou a construir sua dissertação de mestrado sobre esse programa. Em que caracteriza e justifica sua atuação,

“porque hoje é uma missão interessante, muda a vida das pessoas. Então, eu acho que o grande brilho da minha experiência no Banco e na minha área acadêmica mesmo, o meu mestrado, é o Crediamigo, que foi o objeto da minha pesquisa e é algo muito importante, que eu desenvolvo e trabalho, até hoje.” (C.G.)

A trajetória da funcionária entrevistada modificou-se na mesma medida que a do Banco, incorporando o processo pelo qual a instituição passou, ou seja, a mudança de escala, o *downscaling*, se deu na forma de pensar as políticas de crédito, mas reflete-se, paradigmaticamente, também, na trajetória profissional e pessoal da funcionária citada, que sem perceber evoca e denota o processo conduzido, e exemplarmente, apresentado no caso do programa Crediamigo.

Conjuntamente aos três exemplos apresentados outras várias experiências surgiram, durante a gestão Byron Queiroz, fundamentando a construção de programas e projetos em sobreposição à pirâmide social, dentro do ensejo da ideia

de público ou “mercado alvo”. Ou seja, o Banco passou a delinear, como visto de forma minorada no exposto acima, os programas e projetos a partir do setor social ao qual se propõe a se dedicar, partindo desde as camadas mais pobres da população até a política cambial e aos serviços relacionados às corporações. Esta última sendo prática própria do processo de mundialização, de acordo com as palavras de Chesnais (1998a), que busca incorporar mercados e instituições “mediante a implementação dos novos princípios da *corporate governance*” (p. 21). Como podemos ver no esboço, a seguir (Gráfico 1), produzido durante a pesquisa de campo, da atual pirâmide de programas, projetos, produtos e serviços ofertados por Banco do Nordeste.

Após quatro anos de governo FHC e gestão Byron Queiroz, as eleições de 1998 reelegeram o primeiro e manteve a frente do Banco do Nordeste o segundo. O segundo mandato de FHC foi recheado pelas crises financeiras da Argentina, do onze de setembro e pela crise do Apagão, todas durante o ano de 2001; pela extinção da SUDENE em 2001, pela instalação da ADENE (Agência do Desenvolvimento do Nordeste) no ano seguinte e uma reorientação nos ditames de planejamento para o Nordeste. Durante os oito anos de governo ocorreram quatro anos de seca intensa (entre 1996-99) e mais dois (2000 - 2001) de estiagem moderada, ou seja, seis anos de flagelos climáticos à região Nordeste. Assim, o Banco do Nordeste, além do processo neoliberal, em conotações administrativo – institucionais, pelo qual passou, ainda teve de superar seis crises de impacto internacionais próprias do modelo de mundialização que o Brasil buscava se inserir e seis anos de crises climática, que como vimos sempre deu a tônica da atuação do Banco.

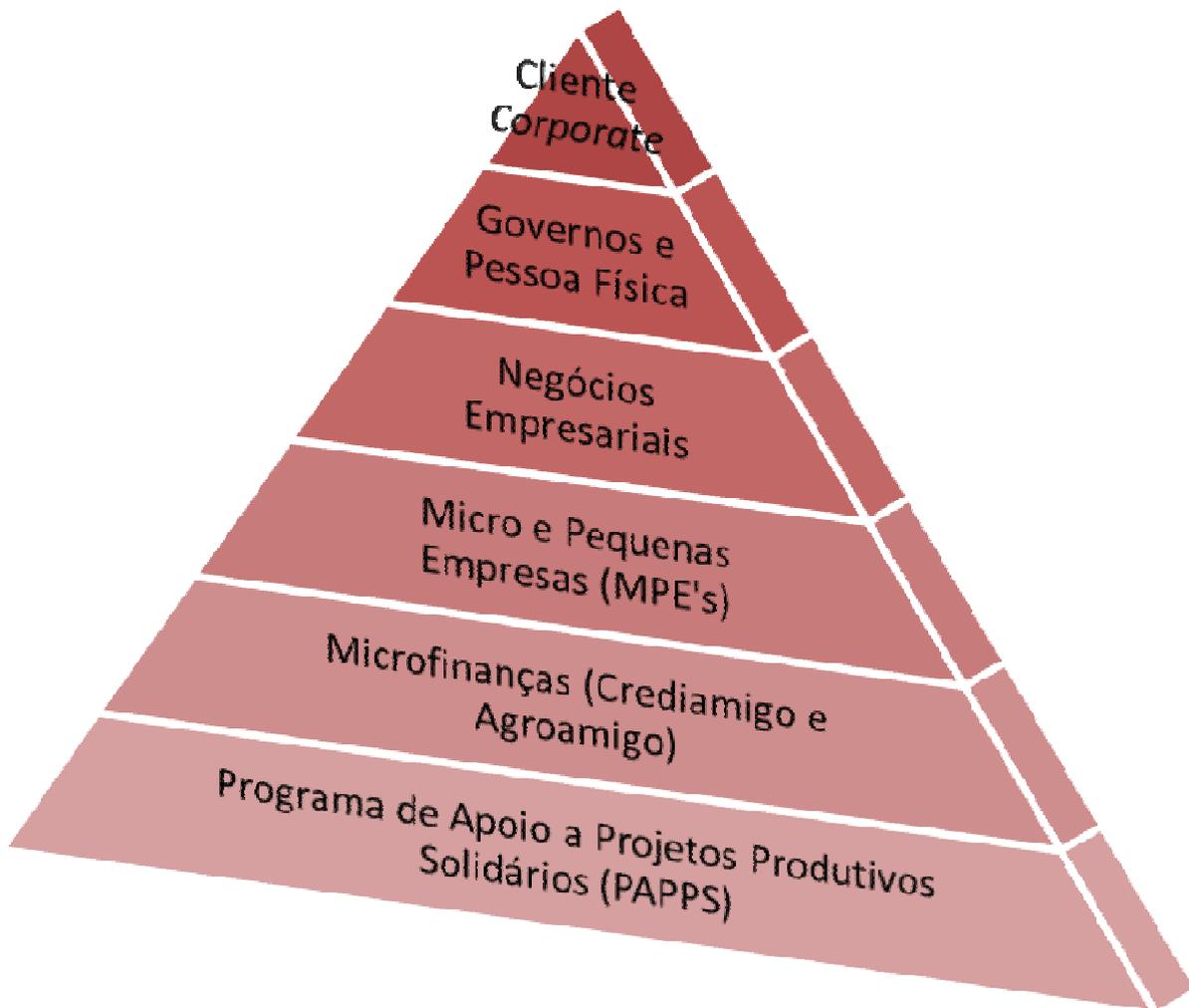


Gráfico 1 - Esboço da Atual Pirâmide de Serviços do Banco do Nordeste

Destes oito anos de estabilidade administrativa, se pode ver a implantação, de forma consolidada, das políticas neoliberais em seu tripé de: abertura comercial internacional, desregulamentação e privatizações. Período caracterizado no Banco, segundo publicação da SEEB/CE (2013b), como os “oito anos da truculenta gestão do ex-presidente Byron Queiroz no BNB (1995-2002).” (p. 11), em que ocorreram demissões abusivas e ataques a direitos, já que o processo em que estava inserido, o neoliberal, convive perfeitamente com atentado permanente aos direitos e a desconstrução das prerrogativas do indivíduo. A partir da implantação destas políticas e de seu objetivo de reestruturação dos bancos públicos, os bancários (SEEB/CE, 2013a) formulam que estas tinham como fim último “tornar essas instituições atraentes aos banqueiros.” (p. 7), o que é ratificado por Santos e Góis (2012) quando formulam que este processo “aproximou o conjunto dos bancos públicos do perfil dos privados” (p. 547).

Este movimento de “reestruturação dos bancos públicos” foi realizado de forma centralizada a partir do âmbito federal, em que coube à base de apoio ao presidente a condução. Tal movimento foi, em última instância, coordenado e conduzido pelo próprio presidente FHC, já que neste momento ocorreu formulação do chamado “presidencialismo de coalização”, que se apresenta, segundo Abranches (2003), como uma resposta ao enfraquecimento da capacidade de governo a partir da heterogeneidade político, cultural, econômico e social e que a garantia da governança passou a justificar a formulação e alocação de uma coalização governante.

O resultado, para o Banco do Nordeste, da dupla FHC-Byron Queiroz está na aparente assimetria ao que FHC (1995) apresentou no início do seu governo, quando entendia o “desenvolvimento” como um tema que “se tornou político no sentido forte da expressão” (p. 155). Isso porque quando observada a situação do Banco, após o processo de reestruturação dos bancos públicos, é notável o enfraquecimento político da instituição, que permanece como adiante será apresentado. Esta aparente antífrase no discurso de FHC é, por assim dizer, aparente porque, como coloca Rist (2002), tanto mundialização quanto “desenvolvimento” são antífrases em si e, nas palavras de Chesnais (2001), os “fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos.” (p. 10) e, portanto, acrescentando o autor (CHESNAIS, 2007), a “ação política está invariavelmente na origem das mudanças institucionais e jurídicas necessárias ao capital para a abertura de novos campos de acumulação.” (p. 16). Dessa forma, a incorporação a um processo político de que falava Cardoso (1995) se reverteu - nas palavras de Carvalho (2010) – na constituição de um Estado que se apresenta fundamental e indispensável à expansão capitalista, na forma de um Estado ajustador que trabalha consoante com os ditames do capital.

5.3 Lula e Roberto Smith: O Banco do Nordeste na década de 2000

Após a disputa eleitoral de 2002 e a eleição de Lula, a presidência do Banco do Nordeste mudou depois dos oito anos da gestão Byron Queiroz para que Roberto Smith assumisse. Este, vindo das bases do próprio PT – um dos membros fundadores do partido – e do corpo docente do curso de economia da UFC, seguindo as articulações do “presidencialismo de coalização” que proporciona a

centralização federal da instituição pública ao mesmo tempo em que aloca a coalização governante nas instituições, assim como Roberto Smith (2008) menciona ter “conseguido dar uma cara para esta gestão, que é basicamente a cara do governo federal” (p. 5), além do que foi visto anteriormente.

Roberto Smith, em sua gestão, buscou a reaproximação ao funcionalismo do Banco à direção deste, após o desgaste ocorrido na gestão Byron Queiroz, por meio do retorno do anuênio e das folgas, assim como apresentado na publicação do SEEB/CE (2013b), retirados em 1997. Dentre o legado da gestão anterior – além do processo de mudanças e das experiências advindas do primeiro – estão: remoções e transferências de funcionários; cortes de ganhos financeiros; perda de vantagens não salariais; e falta de reposição salarial. Em suas próprias palavras, ele observa (SMITH, 2008) que sua gestão “contribuiu para pacificar toda uma problemática que existia no banco, decorrente da forma autoritária como se conduziu a gestão anterior” (p. 5), além de ter, segundo o próprio ex-presidente (SMITH, 2010a), conduzido a gestão de forma estratégica a partir de um exercício democrático e dialogando com todos.

Esta gestão, em conjunto com o governo federal, teve cinco anos – dos oito do governo Lula – de estabilidade administrativa, climática e financeira ou de fundos. Neste período foi organizada uma política econômica com inflexões às prioridades sociais e sua consequência principal no Banco aponta-se, nas palavras de Smith (2008), na área de atuação da instituição, o crédito. Por isso, é o momento em que a bancarização eleva-se multiformemente, principalmente por meio da expansão e massificação do microcrédito (com seus perfis urbano e rural, crediamigo e agroamigo, respectivamente), tendo em vista a contenção da vinculação territorial da circulação monetária, historicamente associadas às capitais ou cidades polos maiores.⁷² E sobre a questão do microcrédito, a gestão Roberto Smith teve como missão adensar esta área do Banco como forma bancária conjunta com as experiências federais – do Programa Fome Zero e da racionalização das políticas assistenciais pelo Programa Bolsa Família –, objetivando, assim, a inclusão (integração) social somada à geração de lucros, como apresenta Smith (2008).

Em 2008 a estabilidade, que promoveu a manutenção da política administrativa, - na perspectiva do Banco – é abalada com dois fatos: o primeiro pela

⁷² Ver a observação de Roberto Smith sobre esse momento (SMITH, 2008; 2010a).

seca no ano de 2008 que atingiu todo o Nordeste, preenchendo de desafios à atuação do Banco naquele ano; e, em segundo lugar, o impacto da crise financeira do *subprime* nos Estados Unidos, com peso comparado a todas as crises ocorridas durante o governo FHC. Estes dois fatos fizeram com que o Banco, seguindo a inclinação do momento, buscasse uma concentração bancária, ou seja, por uma necessidade de crescimento, em que essa primordialidade existe para, segundo Smith (2010b), “fazer face aos novos requisitos e aos padrões de contabilidade, e a saída é para o alto.”. Em pauta, a capitalização do Banco ou a saída para as dificuldades advindas da crise pela busca pelos fundamentos da mesma, o mercado financeiro.

Ao final do governo Lula é possível evocar algumas apreciações sobre a condução deste das políticas e programas. Entre elas está a perspectiva de Oliveira (2007) que observa que o governo Lula se construiu por meio de uma “hegemonia às avessas” a partir da impressão imprecisa de que os dominados neste momento dominam, enquanto se firmou um controle das práticas políticas pelos interesses econômicos e pelas negociações “balconizadas” – ou como cita Chaves (2010, p. 184) no caso do Banco do Nordeste a facilidade do *crédito de balcão* – entre, nas palavras de Oliveira, uma “salada das coligações e coalizações.”. Para o autor a prioridade no social – baseado em programas assistenciais e ampliação do crédito – no governo Lula se caracterizou por um processo de despolitização da “questão da pobreza e da desigualdade”. Sobre o último ponto apresentado se pode trazer a leitura política de Marx (1979) da condução de políticas que associavam, na França da metade do século XIX, donativos e empréstimos para classes sociais mais baixas e despossuídas, assim o autor entende que se resumiam à expertise do dinheiro, já que o dinheiro “como dádiva e dinheiro como empréstimo, era com perspectivas como essas que esperava atrair as massas.” (p. 238). Neste viés, ao visar às classes mais baixas, tanto o governo quanto o Banco, as tomam menos para a afirmação delas e mais pela afirmação da própria lógica empregada e para a massificação de ambos.

5.4 Balanço de quatro mandatos presidenciais: FHC e Lula

Assim, os dezesseis anos dos governos observados anteriormente, apresentaram que apesar da imbricação entre o governo federal e da gestão do

Banco do Nordeste, tanto no binômio FHC-Byron Queiroz quanto no Lula-Roberto Smith, o que é observado é que o governo federal, nos últimos vinte ou 25 anos, se tornou, nas palavras de Santos e Góis (2012), um administrador firme e sempre em busca de e na cobrança por resultados ou, como coloca Moraes (2002), um dos “traços perversos” do burocratismo está exatamente no “insulamento ante a cobrança de desempenho” (p. 18). Como ressaltam Santos e Góis (2012), esta administração “tende a seguir a mesma lógica das empresas privadas, ou seja, elas devem buscar eficiência financeira e operacional, considerando o fato de serem lucrativas.” (p. 557). Vale ressaltar, ainda, que a instituição do Banco deve operar sob diversas diretrizes e em resposta a várias fontes, como ressaltam Santos e Góis (2012, p. 556).

Longe de reduzir o entendimento dos dois governos como iguais, a observação posta está no intuito de que ambos, por meio de modelos e metodologias dispares, conduziram e aprofundaram os princípios neoliberais. Se o governo FHC trabalhou nesse viés por meio de reformas autoritárias e privatizações, como Rodrigues (2004) apresenta exemplarmente, e o Estado pensado em um modelo de gestão e gerencial, como expôs Abu-El-Haj (2005); o governo Lula, como pontua Chaves (2010), atuou sob o modelo de um Estado com um papel de indução no setor econômico e colocou em pauta diretrizes e proposições na dimensão social. No *locus* da pesquisa é reiteradamente pontuada a importância do contexto político para a condução do Banco e que este molda a atuação e a significação de “desenvolvimento” (seja econômico ou social) pelo qual justifica suas ações, mesmo sob uma égide cultural da instituição de blindagem da dimensão política.

Nestes quatro mandatos presidenciais se firmou um quadro contraditório, pensando o Nordeste e o próprio Banco, em que apesar dos avanços legais na questão regional durante a década de 1980 ocorreu a redução das formulações sobre o “desenvolvimento” regional⁷³ e que a bem da verdade, como pontua a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB), foi um “tema que esteve fora da agenda do governo brasileiro desde o início dos anos 1990.” (2006, p. 100). Este período ressalta, portanto, o caráter seletivo do “desenvolvimento” e dos investimentos do espaço regional, que é aprofundado no caráter neoliberal de escolhas de regiões a serem incluídas ou a manterem-se excluídas ou, como revela

⁷³ Ver a apreciação do ex-presidente do Banco do Nordeste, João Alves de Melo (1994a; 1994b) e as publicações do próprio Banco (1993) e da AFBNB (2006).

Lorenzo (2002), de que forma ocorre no Brasil o “progresivo abandono del ‘desarrollo’, que sólo sobrevive como um residuo para justificar el proceso de mundialización.” (p. 18). Redefinem, assim, as dinâmicas, territórios e, em especial no Brasil e no Nordeste brasileiro, o diálogo identitário entre nacional e regional apresentado por Oliven (1986) para um processo que relaciona regional, nacional, global e a construção de blocos econômicos, como examina Ferreira Júnior (1998). Somado a isso, Francisco de Oliveira (2009) ressalta que, apesar de FHC ser carioca e Lula pernambucano, houve uma hegemonia paulista na direção e na afiliação política na administração de ambos.

Ainda neste processo de evocação teórica neste contexto, se a década de 1990 fez emergir o que Domingues (2003) chamou de *Welfarismo liberal*, a primeira década do século XXI fez emergir a prática do *neodesenvolvimentismo*. Assim, se segundo as interpretações sobre o Brasil apresentadas (e em busca de aprofundar o trabalho de Bresser Pereira (1997)) é possível dizer que a partir do momento que a socialdemocracia naturaliza as ideias neoliberais ocorre o surgimento de uma socialdemocracia neoliberal e que com a chegada do PT ao poder fez com que a interpretação social-desenvolvimentista se associasse a socialdemocracia neoliberal estabelecida. As interligações desses dois fatores de emergência se produzem porque o neodesenvolvimentismo se apresenta como a mais profunda síntese do eixo central da economia do “desenvolvimento”⁷⁴, já que combinam em si os postulados contraditórios das ideologias marxistas e neoliberais, que se baseiam, como visto no caso do Banco do Nordeste, na constante necessidade de crescimento.

O neodesenvolvimentismo se apresenta como o avesso do que Alves (2013) e Sader (2013) entendem como “governo pós-neoliberal” ou, como nas palavras de Chauí (2013), “dez anos de políticas contrárias ao neoliberalismo” (p. 123). Isso porque as políticas neoliberais, tanto de privatização quanto na busca por mercados, foram continuadas – apresentando ao espectador a manutenção de um *modus operandi* – pelos governos petistas, em que ocorreu a aceitação da reforma do Estado, representando, de acordo com Alves (2013), a “expressão ideológica da incapacidade hegemônica de ir além do capital como modo de controle estranhado

⁷⁴ Ver Rist (2002, p. 150)

do metabolismo social”, ou seja, apresentaram a “inevitabilidade” da forma de condução da administração pública capitalista.

Esta conjuntura para o Banco é representada pela “privatização indireta” desta instituição. Que, na compreensão de Moraes (2002), ocorre pela manutenção da gestão e da propriedade na esfera estatal, enquanto as funções públicas se modelam pelo padrão privado dentro de um *ethos* de funcionamento “‘como se’ estivesse no mercado” (p. 20). Nada mais justo, portanto, do que apresentá-la ao mercado como uma “companhia de economia mista”.

A condução prática do neodesenvolvimentismo, no campo federal, caracteriza-se não por uma hegemonia das três interpretações da nova república (Socialdemocrata, Neoliberal e Social-Desenvolvimentista), antes engendra uma esquizofrenia de interpretação sobre o Brasil quando retomam: a ideia de o país ser um grande exportador a partir de um neocolonialismo extrativista e rural (*agrobusiness*), advinda da *vocação agrária*; da elaboração de grandes projetos econômicos e de engenharia, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a indiferenciação entre capital nacional e estrangeiro, posição semelhante à de Juscelino Kubitschek sobre o qual Furtado (1997) lembra que “via diferença entre capital que contribuía para ‘criar riqueza’ e capital especulativo” (p. 75), ou seja, prática em voga nas leituras *nacional-desenvolvimentista* e na *autoritário-modernizante*, apresentadas; e, por fim, a reinserção do Brasil no mercado internacional por meio de multinacionais brasileiras em outros países - entre estas empresas: bancos -, o que corporifica, sobremaneira, a interpretação *neoliberal* em novos moldes. Todas estas características postas, ao tempo que perpetuam as desigualdades – o exemplo das desigualdades inter-regionais e intrarregionais são caros a observação – e mantém a falta de participação da sociedade civil por meio de práticas autoritárias, além da falta de um projeto de nação bem delineado.

5.5 Governo Dilma e o atual momento

Foi nesse contexto que a presidenta Dilma iniciou seu governo. Com a manutenção do Ministro da Fazenda Guido Mantega, o processo de mudança de presidência se estendeu um pouco e manteve como presidente Roberto Smith até a indicação de Jurandir Santiago pelo Governador do Ceará Cid Gomes. Santiago participou do governo estadual do citado governador – que é vinculado à base de

apoio do governo Dilma –, além de ser funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal (CEF).

Este período foi não só o momento de pesquisa de campo aqui expressa, mas de acompanhamento acurado acerca da instituição. Assim, após cerca de um ano de sua administração, Jurandir Santiago renunciou depois de ter seu nome envolvido em um caso de corrupção no cargo exercido no governo do Ceará. O que instalou certa instabilidade no Banco. Desta se destaca a presidência interina do funcionário de carreira do Banco do Nordeste, Paulo Sérgio Rebouças Ferraro, e, posteriormente, a indicação do próprio ministro da fazenda do nome de Ary Joel Lanzarin, funcionário de carreira do BB e diretor de micro e pequenas empresas desta última instituição. Este por seu lado, em meio a uma turbulenta passagem na presidência, a deixou após quase dois anos a frente da instituição.

Atualmente o Banco do Nordeste tem um novo presidente, após a efetivação do ex-presidente interino Nelson Antônio de Souza, funcionário de carreira do Banco, que, durante a interinidade, acumulou o cargo de diretor de estratégia, administração e tecnologia da informação. O que representa este momento de contínua mudança pelo qual passou o Banco do Nordeste durante o governo Dilma.

6 À GUIZA DE CONCLUSÃO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SINTETIZADORAS

“Eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo.”
(Simone de Beauvoir, *poema Viver Sem Tempos Mortos*)

Esta monografia buscou examinar o contexto social, político e econômico em que ocorreu a emergência de políticas institucionais para a região Nordeste. Neste intuito a apresentação se centrou no Banco do Nordeste, objeto dessa investigação, para galvanizar esta compreensão. Entende primeiramente, como Cardoso (1995), que “nas ciências sociais, os conceitos são historicamente densos” (p. 148) e que no Banco o termo “desenvolvimento” sofre com diversos implicantes, seja no âmbito regional, nacional ou transnacional. A escolha por este viés se relacionou com a precedência desta instituição diante das demais para a região e por ser esta também a que carrega em si o idioma do “desenvolvimento” como teoria e como prática, ou seja, o tem como direcionador do planejamento e como respaldo legitimador para a operacionalização e seus resultados.

O sentido da historicidade foi observado, fazendo uso de processos anteriores e que pudessem projetar ao futuro, para a compreensão desta. Os valores do passado apresentam-se como experiências para o presente, enquanto vislumbram as relações com o futuro. Moraes (2004) sugere que as análises temporais têm três momentos paradigmáticos: “um ‘agora’ lancinante, apertado entre um grande passado e um infinito, ou pelo menos indefinido, futuro.” (p. 310). Da mesma forma que a visão de Simone de Beauvoir – na epígrafe – ressalta o passado tanto como

projeção a ultrapassar quanto como campo das experiências, da cultura e aquilo que dá forma ao presente, enquanto entende sua “abertura para o futuro” a partir deste.

Do primeiro período ressalta-se a busca e a observação pela apresentação do panorama da política assistencialista e da dádiva, de um lado, e, de outro, das políticas de cunho hidráulico ou da “solução hidráulica” que faziam uso da metáfora do “crescente fértil”, ambas recorrentes nos discursos para o Nordeste. Ainda, a apresentação da área que sempre galvanizou as ações para a região, o “polígono das secas”, e, a partir dele, a acentuada divisão do poder inter-regional, o recorrente discurso de lamento pela falta de recursos e as pressões do interesse privado que margeiam as ações do poder público.

No segundo momento, foi feita a apresentação do despontar de dispositivos institucionais supranacionais, nacionais e regionais em funcionamento, ao mesmo tempo em que o termo desenvolvimento preencheu-se do aporte ideológico, constituindo o contexto ideológico, institucional e prático para o surgimento do Banco do Nordeste. Neste painel a estratégia hidráulica passou a ser questionada e a “solução bancária” ganha força e torna-se institucionalizada com o Banco, mas este aparece como a “nova face da luta contra a seca”. Em concordância com isso, se observa o “desenvolvimento” tornar-se uma governamentalidade, em que se conjugam diversas instituições com prisma no “desenvolvimento”. Um exemplo disso é a imbricação entre a instituição do Banco e o surgimento das instituições universitárias no Nordeste, ambas constituídas por uma ética do “desenvolvimento”. Além dos discursos que se apresentam neste momento do Banco: as ideias da “blindagem” técnica e constituição de uma tecnocracia; e a ideia legitimadora da existência da instituição que reifica a subalternidade da região Nordeste e mantém “coerente” a busca pelo “desenvolvimento”.

No terceiro período, que ocorre durante a ditadura militar brasileira, foi pontuado como se processou a constituição da empresa pública estatal dentro de uma lógica empresarial e, ao mesmo tempo, burocratizante, que se efetivou pela concentração de poder e por uma atuação como balcão para negócios com foco nos lucros enquanto cumpria os objetivos políticos do então regime.

Por fim, ao tratar da quarta temporalidade ressaltou-se a importância emancipatória da Constituição de 1988, que foi seguida por uma *Reforma do Estado*. E como esse conjunto de mudanças e os processos relacionados a esta

reforma constituíram um modo de gestão e um *modus operandi* que levou a absorção da emancipação pela regulação. Tal processo, aqui apreciado, foi levado a cabo ao ponto que ensejou a formulação da proposta neodesenvolvimentista.. Neste contexto, ocorreu a busca pelo retorno à blindagem da instituição somada ao aprofundamento da importância da reflexão técnico-econômico. No viés mercadológico ocorreu a busca pelo “público alvo” e neste incluiu-se os que estavam excluídos, mostra disso se apresenta no Programa Crediamigo.

Ao traçar este percurso histórico, em uma observação crítica, é possível concluir que se as soluções hidráulicas geridas pela ação do governo reforçaram a estrutura social intrarregional e local, as soluções bancárias, creditícias e de planejamento, durante a história, se mostraram reificantes da subalternidade do Nordeste e da veiculação discursiva – ao assumi-la como ideia-força legitimadora – desta, além da ampliação do hiato entre Nordeste e Centro-Sul⁷⁵.

O que emerge é a necessária discussão sobre a intencionalidade da intervenção estatal quando esta não é expressa por necessidades, práticas e formulações da região em que a política pública institucional está vinculada, mas antes à disposição político-econômico-ideológico do momento em que se observa. Ainda mais latente quando, por exemplo, em um momento em que as políticas de “desenvolvimento” regional têm um arcabouço legal dado e há uma falta de planejamento nesse sentido, enquanto uma instituição como o Banco do Nordeste tem sua importância dada por sua característica como promovedor e operacionalizador das políticas vinculadas às decisões na esfera política federal e na esfera econômica transnacional.

A partir desse arcabouço, aponta-se à consideração e à interpretação, se entende o Banco do Nordeste como uma instituição que foi criada, como visto anteriormente, de forma alienígena à região e *está na* região. Ou seja, o que se questiona aqui é se realmente é um banco do Nordeste ou um banco no/para o Nordeste. Assim, seguem-se os passos de Chesnais (1998) quando este apresenta uma análise sobre palavras carregadas de sentido ideológico, da mesma forma há de se pontuar a questão dos sentidos ideológicos das preposições (para, em, de),

⁷⁵ Ver Oliveira (2009).

sabendo que elas funcionam gramaticalmente⁷⁶ como denotadoras da subordinação de sentido do segundo termo ao primeiro.

Apresenta-se, então, que o termo Banco do Nordeste é especialmente um termo ideológico. Primeiro porque disfarça a conotação externa à região que as políticas e programas geridos e mesmo gestados pela instituição tem, sendo estas vinculadas à preposição *para*, ou seja, são políticas e programas para o Nordeste advindos de debates, escolhas e decisões político-econômicas externas à região. Segundo, por esconder uma ideia mais de estada das políticas e programas na região do que de autoctonia das preocupações da região, sendo esta vinculada a preposição *em*, ou seja, são políticas e programas que estão no Nordeste e este funcionando como laboratório para estas políticas públicas, a saber: no exemplo do Crediamigo que é base do programa de âmbito nacional Crescer, sendo uma política de microcrédito produtivo orientado que obteve sucesso no Nordeste e é ampliado nacionalmente. E por último, porque deixa encoberto o sentido subordinado do termo Nordeste ao termo Banco, revelando a prioridade a que se coloca a instituição financeira Banco do Nordeste, tendo em vista seu apurado interesse no lucro e sua interessante linha de legitimação.

Portanto, o que se advoga é que o Banco do Nordeste, em especial examinando todo o percurso histórico em que está inserido, é antes uma política pública institucional que está *no* Nordeste do que uma instituição financeira advinda da inspiração e da preocupação político-econômica *do* Nordeste. O que não torna a instituição reprovável, mas desvela o conjunto discursivo e intencional que a envolve e, talvez, comedidamente, a projete para um futuro próximo. O atual quadro apresenta mais os limites e as insuficiências da solução bancária que deu origem ao Banco do que um momento de reafirmação e de relegitimação da forma de intervenção público-estatal corporificado pelo Banco do Nordeste.

Sob esta acepção e com a compreensão da precedência do Banco entre as políticas públicas institucionais para o Nordeste e a governamentalização do “desenvolvimento” encerrada na própria instituição, esta apresentação pontua sinteticamente o intuito de tomar de uma experiência exemplar indicativos para compreender as demais formulações da intervenção estatal para a região. Assim, obviamente, este estudo não se presta a afirmar ou confirmar de maneira definitiva

⁷⁶ Sarmiento (2005, p. 296) apresenta na conceituação da preposição, ainda, que o primeiro termo é completado pelo segundo.

que o Banco é metonímia das institucionalidades para o Nordeste, porém pode disponibilizar certos indícios e mesmo certas informações sobre estas institucionalidades e, por outro lado, propor aprofundamentos sobre a própria instituição. Portanto, toma ares de pretexto para discussões mais amplas e mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: O dilema institucional brasileiro. In.: TAVARES, José Antônio Giusti (Org). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da “Era Vargas” à FHC: Transições políticas e reformas administrativas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 36, n.1/2, p. 33 – 51, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. Publicado em 2 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>. Acesso em 5 de janeiro de 2014.

ANTERO, Luiz Carlos. BNB 60 anos: Conquista histórica do povo nordestino. **Nordeste Vinteum**, Fortaleza, Ano IV, n° 36, p. 10 – 17, julho, 2012.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.29, p. 7 – 36, 1997.

ARCANJO, José Estevão Machado. O Gordo e o Magro: O Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 27, n.1/2, p. 73 – 83, 1996.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE (AFBNB). Por **um Nordeste melhor**: proposta de estratégias para o desenvolvimento regional. Fortaleza: AFBNB; BNB, 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O esforço constitucional para superação dos desequilíbrios regionais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1993.

_____. **Histórico**. Disponível em www.bnb.gov.br. Acesso em 21 de setembro de 2013.

BANDEIRA, Carlos Idelfo Araújo. **Microcrédito Emancipatório no Nordeste do Brasil?**: Estudo de caso do Crediamigo Comunidade nos municípios de Caucaia-CE e Maranguape-CE. Natal, 2008, Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BARBOSA, Raul. O Banco do Nordeste e o desenvolvimento econômico da região. In.: _____. **O BNB e o desenvolvimento econômico da região**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011a. (Série Documentos do Nordeste, 1)

_____. Banco do Nordeste: Origens e Objetivos. In.: _____. **O BNB e o**

desenvolvimento econômico da região. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011b. (Série Documentos do Nordeste, 1).

BARRETTO FILHO, H. T. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. **Tellus**, Campo Grande, ano 6, n. 11, abr. 2006, p. 11 -21.

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BNDES. **BNDES: 50 anos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html. Acesso em 23 de setembro de 2013.

BOURDIEU, Pierre. Introdução à sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. (Pensamento Contemporâneo, 1). Entrevista concedida a: Maria Andrea Loyola.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945. 1945a. Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. 1945b. Dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948. Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949. Regulamenta o §1º, do art. 198, da Constituição Federal, que dispõe o amparo às populações atingidas pela seca do Nordeste. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em

<http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952a. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952b. Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 1.918, de 24 de julho de 1953. Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências. . **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954. Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956. Cria Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. . **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 4.229, de 1 de junho de 1963. Transforma o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. 1967a. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967. 1967b. Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São

Francisco e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974. 1974a. Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF- e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974. 1974b. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.036, de 28 de junho de 1983. Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução nº 1.524**, de 21 de setembro de 1988. 1988a. Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1988/pdf/res_1524_v8_P.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. 1988b. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 26 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 26 de setembro de 2013

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946 - 1996)**: pensamento instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. (p. 17- 69).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo Dias (Orgs.).

Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção da Nossa Época, v. 65).

CARDOSO, Fernando Henrique. O Regime Político do Brasil. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.2, p.84 – 118, 1971. Disponível em

http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=317&lang=pt. Acesso em 01 de junho de 2011.

_____. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n.4, v. 60, p. 148-155, out-dez, 1995.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no Século XXI. In.: SOUZA, Fernando J. P. de (Org). **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: UFC, 2010.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. (p. 123 - 134).

CHAVES, Maria José Augusto. **Trajetória do Programa Agentes de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil (BNB): Subsídios para uma avaliação em políticas de desenvolvimento.** 2010. Dissertação (Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas - MAPP). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Introdução geral. In: _____ (org.). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998a.

_____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 1, p. 7 – 31, 1998b.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 05, p. 7- 28, 2001.

_____. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 16, p.11 - 33, 2007.

CNPQ. **A Criação**. Disponível em <http://www.cnpq.br>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

COSTA, Luciana Maria da. **O microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de Minas: ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste**. Belo Horizonte,

2001, Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. Os “inempregáveis”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 de abril de 1997, Mundo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/09/mundo/14.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

DOMINGUES, José Maurício. Amartya Sen, a liberdade e o desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 65, março 2003, p. 57 – 70.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUSP, 2007. (Ponta, 16).

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Org). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad Central de Venezuela, 2005. (p. 17 - 31)

_____. **La invención del tecer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: El Perro y La Rana, 2007.

_____. Contra el (neo) desarrollismo. In: Colectivo Situaciones (Org). **Conversaciones en el impasse: dilemas políticos del presente**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009.

_____. Una minga para el postdesarrollo. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 30, n. 58, jan. - jun 2011, p. 306 - 312.

ESTEVA, Gustavo. Más allá del desarrollo: la buena vida. **America Latina en Movimiento**, Quito, n. 435, junho 2009.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: _____ (Org). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

_____. Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia. **ABA**. Publicado em 30 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.abant.org.br/news/show/id/125>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires. Globalização versus regionalização. A nova dicotomia mundial? **Mosaico Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 159 – 172, 1998.

FIRMO, Érico. Este banco interessa ao Brasil. **O Povo**, Fortaleza, 24 de junho de 2012, Economia. Disponível em

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/06/23/noticiasjornaleconomia,2864872/este-banco-interessa-ao-brasil.shtml>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Gustavo H. B.. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.18, n.3, v. 71, p. 121-147, jun-set, 1998.

FURTADO, Celso. **Obra autobiografica de Celso Furtado. Tomo II**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Celia. **O Desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: Inclusão social e mercado**. Fortaleza: BNB, 2010. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 21).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GONÇALVES, A. F. **Experiência em economia solidária no Estado do Ceará**. Campinas: Unicamp/CMU – Publicações; Arte Escrita, 2009.

GUSSI, Alcides Fernando. **Pedagogias da experiência do mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um Banco Público Estadual**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 29-37, jan-jun, 2008.

_____. **Microcrédito e Dimensões do Desenvolvimento**. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís, 2009

GUSSI, A. F.; SANTOS FILHO; C.S.; ALMEIDA, G.F. A experiência de fomento a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. IPEA, ano 17, fevereiro de 2012, p. 77 a 86.

GUSSI, A. F.; ALMEIDA, G. F.; THÉ, R.F. S. Avaliação de programas de desenvolvimento do Banco do Nordeste: Estudo sobre o Crediamigo e o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS. In: ARCOVERDE, A.C. B. (Org.). **Dimensões, Interfaces e Práticas de Avaliação de Políticas Públicas**. Recife: UFPE, 2014. (p. 199 - 214).

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

IANNI, Octavio. Introdução. In.: MARX, Karl. **Karl Marx: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais; 10).

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Pagu**, Campinas, n.3, p. 117 – 141, 1994.

_____. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercados de letras, 2001.

LAGNEU-YMONET, Paul; MADER, Philip. O *subprime* dos pobres? **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, p. 30, out. 2013.

LAMOUNIER, Bolivar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Pedro Sisnando. **Raul Barbosa no Banco do Nordeste** (memórias). 2.ed. Fortaleza: LCR, 2012.

LIMA, Leonardo Dias; MONTE, Kerlen Andrade do; MILITÃO, Vivianne Benevides. **Nordeste em Mapas 2012**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LOPES, Lorena da Silva. **O microcrédito como política pública de emprego e renda e o trabalho para mulheres no mercado de trabalho informal em Fortaleza**. Fortaleza, 2007, Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará.

LORENZO, José Ángel Sotillo. Prólogo. In.: RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madri: Catarata, 2002.

MAGALHÃES, Camillo Calanzans de. **O BNB como instrumento de desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

MARTINS, André Luiz de Miranda. Visões da “insuficiência”: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. **Revista IEB**, São Paulo, n. 52, set./mar., 2011, p. 69-88.

MARTINS FILHO, Antônio. **UFC & BNB**: educação para o desenvolvimento. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1990

_____. **História abreviada da UFC**. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1996.

MARULANDA, Nohra Rey de. Prefácio. RACZYNSKI, Dagmar (Org). **Estrategias**

para combater la pobreza em America Latina: Programas, Instituciones y Recursos. Santiago, BID; CIEPLAN, 1995.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: _____; ENGELS, Friedrich. **Textos**, volume III. São Paulo: Edições Sociais, 1979.

MELO, João Alves de. **Nordeste:** A realidade vence o mito. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1993.

_____. **O Nordeste e a revisão constitucional.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1994a.

_____. **Recursos federais para o desenvolvimento:** a fatia do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1994b.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 4, p. 7 - 15 ,2000.

MILLS, C. Wright. A promessa. In.: _____. **A Imaginação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo; Peirópolis: GVeas – Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGV-EAESP, 2008.

MORAES, Reginaldo C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia Ideológica e Redefinição das Relações Estado-Sociedade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set., 2002, p. 13-14.

_____. Globalização e Políticas Públicas: Vida, Paixão e Morte do Estado Nacional? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago., 2004, p. 309-333.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta:** as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

NERI, M.; BARBOZA, A. L. Experimentando o Microcrédito. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.60, n.1, p. 38 – 40, Jan./2006.

NERI, M.; GIOVANINI, F. S. Negócios nanicos, garantias e acesso a Crédito. **Revista de Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 643 – 669, Set./Dez. 2005.

NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro:** perfil e performance dos clientes do Crediamigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 107 – 131.

NITSCH, M.; SANTOS, A. C. Da Repressão Financeira ao Microcrédito. **Revista de Economia Política**, v. 21, n.4, p. 172 – 183, Out. – Dez./ 2001.

O GLOBO. Indústria é fundamental para o Nordeste, mas agricultura também será estimulada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1971, Geral, p. 32. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 02 de setembro de 2013.

_____. A descapitalização do Nordeste pelo Centro-Sul. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1974, Economia, p. 136. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. A maior agência regional de desenvolvimento da AL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1977, Economia, p. 21. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. Banco do Nordeste muda de estilo para crescer. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1985, Economia, p. 6. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, F. A hegemonia às avessas. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro: AlviNegro, n. 4, 2007. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-4/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

_____. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In.: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, Júnior. (Orgs.) **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (p. 39 - 48).

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Desenvolvimento Regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n.2, out., 1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_07.htm. Acesso em 8 de janeiro de 2014.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: Violência e Política no Século XX. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 37, n.1, 2006, p. 53-62.

PANTALEÓN, Jorge. Antropologia, desenvolvimento e organizações não-governamentais na América Latina. In: L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Org). **Antropologia, impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; FAPERJ, 2002. (p. 235 - 251).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ªed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RACZYNSKI, Dagmar. Estratégias para combater la pobreza en America Latina: diagnóstico y enseñanzas de política. In: _____ (Org). **Estrategias para combatir**

la pobreza en America Latina: Programas, Instituciones y Recursos. Santiago, BID; CIEPLAN, 1995.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo, Pós-Desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, fevereiro - 2011. (p. 149 - 162).

REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do Estado: Notas introdutórias e uma tese. In: _____. ; O'DONNELL, Guillermo. **A Democracia no Brasil:** Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988. (p. 13 - 39).

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 80, março 2008, p. 109 – 125.

RIBEIRO, Rafael Winter. A construção da seca como problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877-1879 no Ceará. In.: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Gestar e gerir:** estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da política; 18) (p. 23 - 50).

RIST, Gilbert. **El desarrollo:** historia de una creencia occidental. Madri: Catarata, 2002.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Metáforas do Brasil:** demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

_____. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 7-15, jan-jun, 2008.

_____. Antropologia e políticas públicas de incentivo ao turismo: paradigmas e proposições teórico-metodológicas para esse diálogo. In: RODRIGUES, L. C.; MORENO, I.; RUBEN, G.; PALENZUELA, P. (orgs.). **Trabalho, políticas públicas e estratégicas empresariais.** Fortaleza: MAPP; Expressão, 2010.

ROMÃO, José Eustáquio. Globalização. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José (org.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (p. 203- 207).

RUBEN, Guillermo Raúl. Empresários e Globalização: Prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n.28, jun., 1995. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_07.htm. Acesso em: 8 de janeiro de 2014.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. (p. 135 - 143).

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTIAGO, E. G. Microcrédito Popular no Brasil nos Anos 90 - Análise e Proposta para as Políticas de Trabalho e Renda. In: _____. **Políticas de Trabalho em Escala Humana**: uma crítica à visão Mercadocêntrica. Fortaleza: LCR, 2001. (p. 49 - 81).

SANTOS, Arnaldo; GÓIS, Francisco F. de. **Banco do Nordeste**: 60 anos de História e Desenvolvimento. Fortaleza: Premium, 2012.

SANTOS, C. A. Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 147-160, jan.- fevereiro/2007.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em textos**. 2.ed.rev. São Paulo: Moderna, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964 – 1969. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

SEEB/CE. Período Neoliberal: Bancários enfrentam tempos difíceis com luta e coragem. **O Bancário**, Fortaleza, Ano VI, nº18, p. 5-7, Jan/Fev, 2013a.

_____. Byron: era de terror no BNB. **O Bancário**, Fortaleza, Ano VI, nº18, p. 5-7, Jan/Fev, 2013b.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C. M. F. **As múltiplas faces da exclusão na política de microcrédito para geração de trabalho e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 29).

SILVA, Hilberto Mascarenhas Alves da. **BNB**: 21 anos. Maioridade no desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1973.

SILVA, R. J. F. **Avaliação dos impactos do programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. 2010. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SMITH, Roberto. Entrevista ao Dr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil: Reforçar o desenvolvimento socioeconômico no Nordeste do Brasil mediante o turismo. **@local.glob**, Turim, nº 4, p. 46- 48, 2007.

_____. Entrevista a Roberto Smith: “Sou um paulista traído pela nordestinidade”. **Rumos**, Rio de Janeiro, ano 32, nº238 , p. 4 – 8, mar-abril, 2008.

_____. Entrevista: Roberto Smith. **ES Brasil**, Vitória. Publicado em 30 de julho de 2010. 2010a. Disponível em http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=1181:entrevista-roberto-smith&Itemid=106. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

_____. Entrevista con Roberto Smith, presidente del Banco do Nordeste do Brasil (BNB): “BNB já é do tamanho do BID”. Fortaleza. Publicado em 10 de janeiro de 2010. 2010b. Disponível em http://www.alide.org.pe/an_entrev_39Roberto-Smith.asp. Acesso em 8 de janeiro de 2014. Entrevista concedida ao Diário do Nordeste.

SOUZA, J. M. G. **Microcrédito em Fortaleza**: Um instrumento de redução da pobreza? Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. (Documentos do ETENE, nº 30).

SPIEGEL, P. **Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres**. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

TEIXEIRA, Marcelo Azevedo. **Microcrédito**: condicionantes para saída da condição de pobreza: estudo aplicado ao programa Crediamigo do BNB. Dissertação (Mestrado em economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

THÉ, R. F. S.; PEREIRA, J. E. O. Interpretando narrativas sobre microcrédito: histórias de vida de clientes do Crediamigo em Fortaleza. **CAOS**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 21, nov. 2012, p. 13-24.

THÉ, R. F. S. Microcrédito, Dádiva e Narrativas: Esboços interpretativos sobre o Programa Crediamigo por meio de histórias de vida. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 2, mai/ago 2013, p. 402-414.

THOMPSON, E. P. Tempo, Disciplina de trabalho e Capitalismo industrial. In.: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p. 267 - 304).

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: Estudo do processo de penetração numa área transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processo de desenvolvimentos passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudança social? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 44, 1995, p. 3 – 24.

_____. El fin de ¿qué modernidad? **La Época**, Costa Rica, 20 out. 1996, p. 22-23.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN,

Gabriel (org). **Max Weber**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Estudos brasileiros, v.25).

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2008.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 369-380, Mar.- Abril/2007.